

China e Médio Oriente: Energia, claro, mas não só...

Luis Tomé*

Professor na Universidade Autónoma de Lisboa e no Instituto de Estudos Superiores Militares

Resumo

As relações entre Pequim e o Médio Oriente são um fenómeno recente relacionado com a ressurgência da China como grande potência e as suas crescentes necessidades de abastecimento energético. A China é o segundo maior consumidor mundial de energia e o país que regista o mais rápido aumento de consumo petróleo e dependência energética, daí a aproximação ao Médio Oriente, onde se encontram as maiores reservas.

Nas suas relações com Estados do Médio Oriente (que já vão muito para além dos negócios energéticos) a China tem tido uma dupla preocupação: por um lado, aproveitar as hostilidades regionais face aos Estados Unidos, mas sem antagonizar a superpotência, cuja relação bilateral é o eixo central da política externa chinesa; por outro, desenvolver uma estratégia omni-direccional, isto é, estabelecer relações amigáveis e produtivas com *todos* os países da região, de modo a que *todos* contribuam para o fortalecimento do seu “poder nacional abrangente” e simultaneamente, evitar posicionar parcialmente a China nos complexos conflitos regionais.

Abstract

China and the Middle East: Energy, of course, not only...

The relationship between Beijing and the Middle East is a recent experience, originated by China's resurgence and its growing need for energy supplies. China is already the second world largest energy buyer reason which justifies its approach to the Middle East.

In its interaction with the Middle East region (which goes beyond business in the energy domain) China presents a double concern. On the one hand, it wants to take advantage from the regional hostilities toward the United States, without antagonizing it, once the Washington-Beijing bilateral relation is a main concern in China's foreign policy. On the other hand, it aims to maintain a omni-directional strategy, that is to establish friendly and productive relations with every state, so that they all accept China as a “broad national power”. Simultaneously, Beijing avoids taking a partial stand in any area dispute.

* O autor está a concluir o Doutoramento na Universidade de Coimbra com uma dissertação sobre segurança e geopolítica na Ásia Oriental com uma Bolsa de Investigação da FCT.

No Médio Oriente - área que Pequim descreve como “Ásia Ocidental e Norte de África”¹ -, a República Popular da China (RPC) é um actor relativamente recente, atraído, fundamentalmente, pelos fabulosos recursos energéticos ali existentes a fim de sustentar o seu “crescimento sob todas as formas”. A centralidade da energia faz com que, paradoxalmente, no muito complexo xadrez geopolítico do Médio Oriente, as relações de Pequim com os governos da região pareçam relativamente simples: sem disputas essenciais entre si, a ressurgente China procura avidamente o que aqueles controlam em abundância, isto é, gás e, sobretudo, petróleo. Porém, as interações entre a China e os países do Médio Oriente, bem como os respectivos interesses, políticas, estratégias e cálculos mútuos envolvem bem mais do que a compra e venda de energia: armamentos, investimento e comércio não-energéticos, ambições e rivalidades regionais e globais, segurança, interesses e relacionamentos respectivos com outros grandes actores, nomeadamente, a *hyperpuissance* Estados Unidos e o peso relativo da China nos assuntos regionais e da região na globalidade da política externa de Pequim são aspectos que influenciam e marcam profundamente a interface China-Médio Oriente.

Visões e Interesses Mútuos

A China não é apenas mais uma potência emergente, é a grande potência ressurgente que, depois de século e meio de perturbações internas e de humilhações externas que se sucederam a dois mil anos de proeminência e de um relativo sistema asiático sino-cêntrico, está novamente a reaparecer abalando a ordem asiática e internacional. Autêntico “panda de superlativos” de elevado potencial estratégico,² a ressurgência da RPC baseia-se numa impressionante ascensão económica nas últimas três décadas: entre 1978 e 2008, a China regista uma média de crescimento anual do PIB de cerca de 10%; só entre 1990 e 2008, o PIB real da China multiplicou dez vezes e o seu *share* no PIB mundial (baseado em

1 Na sua divisão por “Países e Regiões”, o MNE da RPC contempla a «*Western Asia and North Africa*», incluindo nesta região os seguintes países: Argélia, Arábia Saudita, Bahrein, Egipto, Emiratos Arabes Unidos, Iémen, Irão, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritània, Omã, Palestina, Qatar, Síria, Sudão, Tunísia e Turquia. Ver China, RP - MNE website.

2 Efectivamente, a China constitui uma civilização milenar com a mais longa História ininterrupta do mundo de mais de 4500 anos; é o país mais populoso do mundo com cerca de 1330 milhões de habitantes (um quinto da população mundial) e dispõe de um território com mais de 9,6 milhões de km², o que faz dela o quarto maior país do mundo e a que se somam, putativamente, algumas áreas indefinidas por disputas territoriais que mantém.

paridades de poder de compra - PPP) mais do que quadruplicou, saltando de 3,5%, em 1990 para perto de 12%, em 2008;³ similarmente, o peso da China no comércio mundial tem aumentado abruptamente representando, em 2007, cerca de 8% das importações mundiais e 11,6% das exportações mundiais, isto é, o dobro dos seus *share* de há apenas uma década atrás.⁴ A manterem-se as tendências actuais, o peso da China na economia mundial acentuar-se-á nos próximos anos e décadas: um estudo para a OCDE elaborado por Angus Maddison⁵ estima que, tão proximamente como 2030, a China possa surgir destacada como a maior economia do mundo com um PIB (baseado em PPP a níveis de 1990) de 22.983 mil milhões USD - comparativamente, esse estudo projecta para os EUA, nessa data, um PIB de 16.662 mil milhões USD, para a Índia 10.074 mil milhões USD, para o Japão 3.488 mil milhões USD e para a Rússia 2.017 mil milhões USD.

A significativa e continuada ascensão económica da China não só faz dela a nova estrela da economia mundial como permite a Pequim instrumentalizar esse êxito na legitimação do seu regime comunista *tecno-nacionalista*,⁶ alimentar o fortalecimento estratégico-militar da China⁷ e expandir a sua influência político-diplomática. É impossível saber ao certo o rumo e os impactos futuros da ressurgência chinesa, mas é um facto que «*China's rapid rise over recent years as a regional political and economic power with growing global influence is an important element in today's strategic landscape, one that has significant implications for the region and the world*»⁸.

No entanto, o optimismo/alarmismo com que frequentemente se descreve, percebe e projecta a ressurgência da China, tende muitas a sobrevalorizar as capacidades e potencialidades chinesas e a subvalorizar as suas tremendas vulnerabilidades e os seus inúmeros constrangimentos, internos e externos.⁹ Além dos desafios associados à

3 FMI, 2008.

4 CE-External Trade e OMC.

5 2007: 95.

6 Romana, 2008 e 2005.

7 Com efeito, o Exército Popular de Libertação (EPL) chinês - o maior do mundo com um efectivo que ultrapassa, em 2008, os 2 milhões de soldados, a que se somam mais 650 mil elementos da Política Armada Popular paramilitar, outros tantos militares reservistas e ainda mais 10 milhões de membros de milícia organizados por todo o país - está a beneficiar grandemente do crescimento económico do país e a dispor daquele que será o segundo maior orçamento de defesa do mundo (entre 90 e 150 mil milhões USD, em 2008), tendo em marcha um vasto programa de modernização no âmbito do que Pequim apelida de «*revolução dos assuntos militares com características chinesas*» (China, RP, *Defesa Nacional da China 2006*; ver também, por exemplo, EUA-Dep. Defesa, 2008 e Carriço, 2008).

8 EUA-Dep. Defesa, 2008: I.

9 Sutter, 2008a e b.

unidade política e geoeconómica do país e à metamorfose do regime, a RPC é, por enquanto, um “país em desenvolvimento” – surge, por exemplo, na 81ª posição do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano 2007-2008¹⁰ e constitui um exemplo paradigmático de “um país, todas as desigualdades”. Por isso, a sua prioridade é, precisamente, o desenvolvimento económico, a fim de «*Construir uma sociedade moderadamente próspera sob todos os aspectos*» e aumentar o seu «*poder nacional abrangente*».¹¹ Em matéria de política externa, consequentemente, os grandes objectivos da RPC passam por obter/contribuir para um ambiente regional e internacional que se mantenha favorável ao seu desenvolvimento e ao estabelecimento de relações produtivas que lhe permitam fortalecer o seu poder económico e militar e a sua influência política.¹²

Em conformidade com os seus objectivos globais, o crescente envolvimento da China no Médio Oriente é largamente orientado por motivações económico-comerciais: garantir o acesso à energia e aos mercados da região. De facto, para a China – segundo maior consumidor mundial de energia e país que regista o mais rápido aumento quer do consumo de petróleo quer da dependência das importações energéticas –, o Médio Oriente rico em petróleo e gás representa a mais importante fonte de abastecimento para suprir a sua crescente dependência de energia externa. Paralelamente, sendo o crescimento chinês baseado na internacionalização, Pequim encara o Médio Oriente enriquecido, de uma maneira geral, à custa da venda de energia, como um mercado atractivo quer para a colocação das exportações (incluindo armamentos) e dos investimentos chineses quer para a atracção de investimentos na China.

Na visão chinesa, o Médio Oriente não representa uma ameaça directa para a integridade da China, não está na sua esfera de influência e não é a prioridade da sua política externa e de segurança. O fortalecimento de laços cooperativos no Médio Oriente é visto, portanto, essencialmente, como um forte contributo para a segurança energética e o desenvolvimento económico da China, sendo os seus outros interesses políticos, militares e diplomáticos regionais relativamente subsidiários. Ainda assim, o reforço desses laços favorece outros interesses chineses: limita a possibilidade de eventuais apoios regionais às veleidades independentistas que põem em causa a unidade da China,

10 UNDP, 2007.

11 Ver *China's National Defense 2006* e Hu Jintao, 2007.

12 Sobre o impacto das preocupações e prioridades internas chinesas na formulação da política externa da RPC ver, por exemplo, Luis Tomé, 2008a, 2006 e 2001b; Robert Sutter, 2008b; Cármen Amado Mendes, 2008; e Heitor Romana, 2005.

em particular, dos Uígures muçulmanos do Xinjiang e de Taiwan; permite-lhe expandir as “relações mutuamente produtivas” e motivar *todos* os actores regionais, residentes e não residentes, a desenvolverem relações cooperativas com a China; e, enfim, aumenta o seu estatuto regional e internacional.

Tendo por base o interesse energético-comercial, a política da RPC no Médio Oriente reflecte outras duas preocupações fundamentais. A primeira é o desenvolvimento de relações amigáveis e produtivas com *todos* os países da região, o que requer uma postura de neutralidade nos conflitos e disputas entre os países do Médio Oriente e uma política verdadeiramente omni-direccional. A segunda é a projecção da ambicionada “multipolaridade” mas sem antagonizar os proeminentes EUA, o que implica alguma contenção nas suas manobras “anti-hegemónicas” e a gestão hábil dos seus interesses regionais no quadro dos interesses globais e de uma agenda bilateral com Washington muito mais vastos e, genericamente, prioritários.

Por seu lado, os povos e governos do Médio Oriente, à semelhança do resto do mundo, estão impressionados com a ressurgência da China, ainda para mais mostrando esta conseguir elevado crescimento económico sob um regime autoritário, aspecto comum a muitos regimes da região. Assim, globalmente, a China representa, por um lado, um novo e extraordinário cliente energético e parceiro comercial e, por outro, uma oportunidade política suplementar às tradicionais relações com outras grandes potências e actores “externos”.

De uma maneira geral, todos os povos e governos do Médio Oriente olham a China como amigável, inclusivamente a esmagadora maioria dos islâmicos que “esquecem” o rigoroso ateísmo de Pequim e a sua repressão contra os muçulmanos uígures do Xinjiang. Longe dos tempos da China revolucionária que apoiava “movimentos populares” locais contra os “governos marionetas nas mãos dos dois imperialismos” nos anos 1960 e 1970,¹³ a China é percebida agora mais como um poder *status quo*, sem conflitos nem disputas essenciais com qualquer país da região, sem aliados nem adversários regionais e sem a agenda política de outros “actores extra-regionais”. Os governos da região sentem-se particularmente confortáveis com a abordagem chinesa de “não intromissão nos assuntos internos” e de se concentrar, sobretudo, em fazer negócios e investir nas relações comerciais em vez de tentar fortalecer certos grupos da sociedade civil e reclamar reformas internas. Apreciam ainda a pragmática “diplomacia sim-sim” chinesa,

13 Sobre o papel e o envolvimento da China no Médio Oriente durante a Guerra Fria ver, por exemplo, Schichor, 1979; Behbehani, 1981; Harris, 1993; e Kumaraswamy, 1999.

isto é, desenvolver as áreas de interesse mútuo deixando de lado as questões susceptíveis de divergência.

A China não tem o peso e o papel dos EUA no Médio Oriente, mas a percepção regional é de que será cada vez mais relevante e pode ser fonte de estabilidade ou de instabilidade, pelo que é um parceiro a ter do “seu lado” e a evitar alienar a todo o custo, por razões económicas, políticas e estratégicas. Evidentemente, os interesses concretos na China têm outras cambiantes consoante o actor regional: por exemplo, Israel olha a China como mercado para escoar os seus armamentos, enquanto a generalidade dos outros países têm na China um importante fornecedor de armamentos; a Arábia Saudita, o Egipto ou os pequenos países do Golfo encaram a China como uma forma de ganharem maior margem de manobra nas suas relações com os EUA e a Europa, enquanto o Irão e a Síria ou o Hamas e o Hezbollah vêm na China um contra-peso no *vis a vis* face aos EUA.

O Médio Oriente tem um longo historial de envolvimento com a Europa, os EUA, a Rússia ou mesmo o Japão. A RPC é um actor regional relativamente recente mas, na visão da generalidade dos povos e governos do Médio Oriente, um bom investimento no seu futuro.

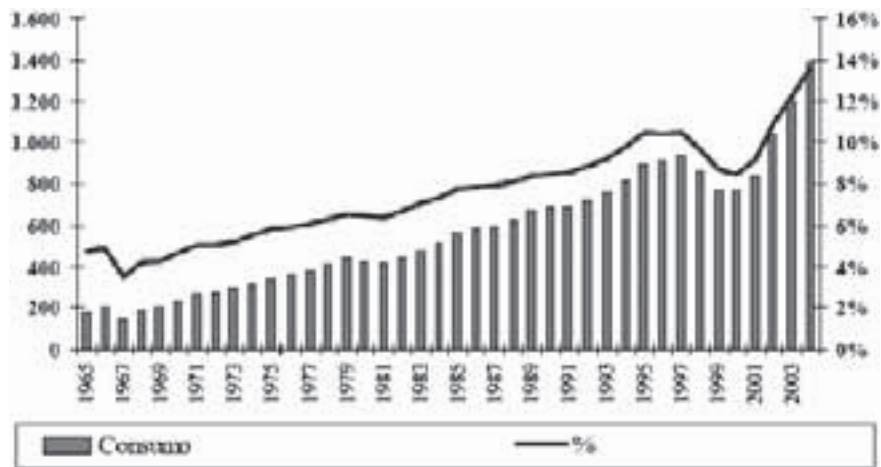
Energia

Convém ter presente que a China é uma potência rica em recursos energéticos: actualmente, é o maior produtor mundial de carvão, o segundo maior produtor de energia (logo atrás dos EUA) e o quinto maior produtor de petróleo (IEA/AIE). Simplesmente, o elevado e continuado ritmo de crescimento económico e, concretamente, as rápidas industrialização, urbanização, electrificação e motorização fizeram aumentar significativamente o consumo de energia na China. A produção interna deixou, assim, de ser suficiente para satisfazer a crescente procura, pelo que a China passou a ser num importador energético a partir de 1993, com o hiato entre a produção interna e o consumo nacional a aumentar drasticamente a partir do ano 2000, fazendo disparar o peso proporcional das importações no total do consumo de energia na China.

Presentemente, a China é já o segundo maior consumidor mundial de energia com um *share* que ascende aos 15% e o segundo maior consumidor de petróleo (ultrapassada apenas pelos EUA), consumindo 8,5% do total da produção mundial de petróleo. Apesar do petróleo representar apenas cerca de 20% do total da energia utilizada na China - para

74% do muito poluente carvão, 3% de gás natural e 3% entre a hidro-energia, a energia nuclear e outras fontes¹⁴ -, é em relação ao petróleo que a dependência externa é mais saliente já que a China importa cerca de 55% do total do petróleo que consome.¹⁵

Figura 1
Consumo de Energia na China, 1965-2004
 (milhões de toneladas de equivalente de petróleo e % do consumo mundial)



Fonte: IEA/AIE e OMC.

«A falta de petróleo e gás natural tornou-se um factor restritivo no desenvolvimento económico e social do nosso país», conforme reconheceu o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao¹⁶ - por isso, a energia tornou-se num interesse vital para o desenvolvimento e a segurança da China. Preocupado com a dependência energética, o Governo chinês tem procurado tomar medidas,¹⁷ incluindo a criação de uma reserva estratégica de petróleo, o lançamento de um gigantesco programa de investimentos na melhoria, reconversão e construção de infra-estruturas energéticas, o impulso à diversificação das fontes de

¹⁴ APEC, 2008: 44-45.

¹⁵ Ibid.; e IEA/AIE, 2008 e 2007.

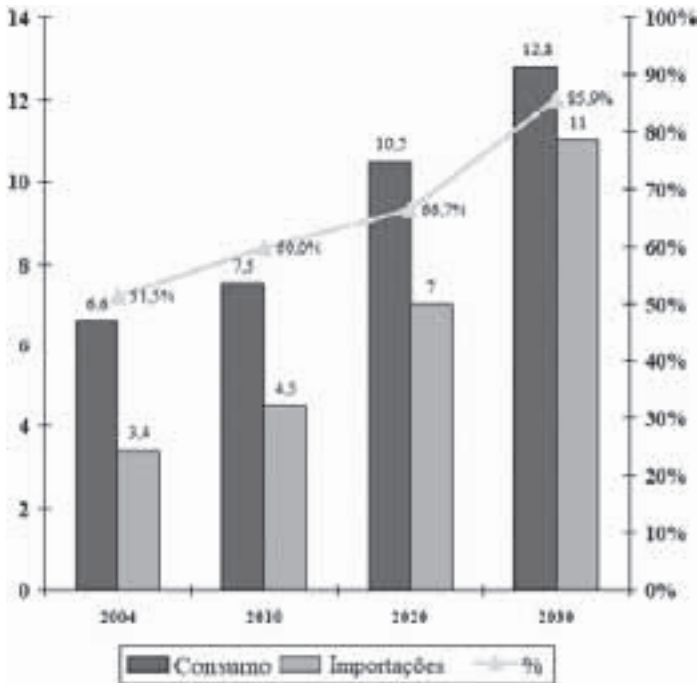
¹⁶ Cit. in EUA-Dep. Defesa, 2005: 10.

¹⁷ As preocupações chinesas e as respectivas políticas em matéria de energia deram, inclusivamente, origem ao Livro Branco "China's Energy Conditions and Policies" (ChinaRP, 2007). Ver também APEC Energy Overview 2007, 2008: 44-55; e IEA/AIE, 2007.

energia e o apoio a uma vasta política de aquisições e fusões energéticas no estrangeiro efectuadas pelos grandes conglomerados energéticos chineses.

A realidade é que a tendência aponta para o agravamento da dependência chinesa das importações de energia, nomeadamente, petróleo: calcula-se que a parcela chinesa na procura mundial de energia passe dos actuais 15% para os 20% em 2030 e que o seu *share* na procura mundial de petróleo ascenda de 8,5%, actualmente para 11%, em 2030.¹⁸ Ou seja, o peso proporcional das importações no consumo total de energia na China aumentará ainda mais, podendo chegar, no caso do petróleo, aos 70-75% em 2020-2025 e aos 80-85% em 2030.

Figura 2
China: Dependência das Importações de Petróleo, 2004-2030



Fonte: Bustelo, 2005: 17 - Gráfico 9.

¹⁸ Isbell, 2006: 4; ver também *IEA/AIE website Statistics e 2007*.

A sede de energia orienta, portanto, grande parte da política externa e de segurança da China, preocupada em garantir, por um lado, o acesso às regiões ricas em recursos energéticos pelo desenvolvimento de relações com os países produtores e exportadores de petróleo e gás e, por outro, a segurança das rotas de abastecimento marítimo e dos oleodutos e gasodutos que fazem chegar a energia ao seu território.¹⁹ O crescente interesse e envolvimento chinês no Médio Oriente, na Ásia Central, em África ou na América Latina e a atenção que Pequim devota aos desenvolvimentos geopolíticos nessas regiões e também no Oceano Índico, no Atlântico Sul e no Sudeste Asiático ou nos Estreitos de Ormuz e de Malaca e no Mar da China Meridional²⁰ estão amplamente relacionados com preocupações de segurança energética. Naturalmente, a entrada da ressurgente China no “grande jogo” energético mundial acarreta um potencial suplementar quer de competição quer de cooperação, razão pela qual concluíamos num outro trabalho que a energia poderá ser uma das duas principais questões (a outra é Taiwan) a servir de referência para aferir se a China é, afinal, “gato preto ou gato branco”, ou seja, o sentido da evolução do seu comportamento geoestratégico.²¹

Assim, tal como no passado a energia levou os EUA para o Médio Oriente, atrai actualmente também a China para esta região. Representando cerca de 31% da produção mundial e 61% das reservas mundiais conhecidas de petróleo, o Médio Oriente tem um significado muito superior a qualquer das outras regiões onde a China também busca energia e diversificação, nomeadamente, a África e a Eurásia que representam 12,1% e 21,6% da produção mundial e 9,7% e 12% das reservas mundiais de petróleo, respectivamente.²² Acresce que, além dos seus fabulosos recursos energéticos, a localização geográfica do Médio Oriente torna comparativamente menos oneroso o acesso e o transporte (essencialmente, marítimo, através do Estreito de Ormuz-Índico-Mar da China Meridional) de petróleo para a China. Os países do Médio Oriente dispõem ainda, na sua maioria, de excelentes infra-estruturas para a exploração, produção e distribuição energética, podendo responder com maior facilidade ao aumento da procura chinesa de energia.²³

19 Ver Ribeiro, Azevedo e Trindade, 2008.

20 Sobre as rotas marítimas na Ásia-Pacífico e suas implicações geoestratégicas ver, por exemplo, Almirante António Emílio Sacchetti, 2008.

21 Tomé, 2006: 25-32.

22 Xin, 2008: Table 1.

23 Jin, 2005.

Mapa 1
Rotas Marítimas Críticas de Abastecimento Energético para a China



Fonte: EUA-Dep. Defesa, *Military Power of PRChina 2008*: 12 - Figure 2.

O conjunto destas condições ajuda a explicar o facto do Médio Oriente ser a principal região fornecedora de petróleo à China, representando cerca de 50% do total das importações chinesas de petróleo e 20% do total do petróleo usado na China - por comparação, a África representa sensivelmente 30% e a Eurásia 20% das importações petrolíferas chinesas. Ajuda ainda a explicar a complexidade e a dificuldade da China substituir o Médio Oriente por outras regiões como principal fonte abastecedora de petróleo - pelo contrário, a tendência aponta para o aumento da dependência chinesa do petróleo do Médio Oriente, região cuja parcela no total das importações petrolíferas chinesas se estima poder atingir os 70% em 2015.²⁴

24 Calabrese, 2005.

Aos interesses e política energética do governo chinês no Médio Oriente juntam-se os objectivos comerciais dos grandes conglomerados energéticos chineses. As quatro principais companhias petrolíferas nacionais – *Chinese National Petroleum Corporation (CNPC)/PetroChina*, *China Petrochemical Corporation (Sinopec)*, *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)* e *China National Chemical Import and Export Corporation (Sinochem)* – empregam conjuntamente mais de 3 milhões de pessoas e dominam a quase totalidade do mercado interno. Ora, mais de 90% dos seus dividendos actuais são dependentes das actividades “intra-Grande Muralha”, o que representa um problema não só pela rápida depredação dos recursos na China mas também pela expectável redução dos apoios governamentais e da crescente competição oriunda de outras companhias nacionais e estrangeiras em virtude dos compromissos no quadro da OMC, podendo pôr em causa a viabilidade daqueles conglomerados e a “harmonia social” na China.²⁵ Também por isto, na última década, tem-se assistido a uma vaga de internacionalização destas companhias, em particular, no Médio Oriente, tirando largamente partido da janela de oportunidade aberta por Pequim junto dos governos da região²⁶ e investindo significativamente em projectos de exploração e produção de energia, infraestruturas, refinarias e petroquímicos: só a Sinopec está envolvida em mais de 120 projectos de petróleo e gás no Médio Oriente.²⁷ Embora as companhias chinesas também invistam e participem activamente em projectos energéticos em países como o Kuwait, Omã, Qatar, Síria, Emiratos Árabes Unidos e Iémen, a ênfase incide sobre os três maiores produtores petrolíferos regionais, i. é, Arábia Saudita, Irão e Iraque, se bem que a natureza da sua interdependência seja distinta de parceiro para parceiro, como veremos mais adiante.

25 Xin, 2008.

26 O governo chinês concentra-se nas macro-medidas de maneira a assegurar um ambiente favorável aos negócios energéticos, por exemplo, usando a sua influência política, conduzindo uma muito activa diplomacia energética, promovendo as interdependências económicas e comerciais, encorajando (e subsidiando) o investimento directo das companhias chinesas na região e permitindo o investimento dos países e companhias do Médio Oriente no sector energético, e não só, na China.

27 Alterman e Garver, 2008: 6.

Quadro 1
Uma Década de Investimentos Energéticos China-Médio Oriente,
1997-2007

Ano	País	Companhia da RPC	Descrição
1997	Iraque	CNPC	Acordo para produção partilhada e desenvolvimento do campo al-Ahdab durante 22 anos, no valor estimado de 1.3 mil milhões USD.
1998	Egipto	CNPC	Acordo com duas empresas egípcias para a criação de uma companhia de investimentos conjunta.
2001	Irão	Sinopec	Acordo de 150 milhões USD para conceber e construir um terminal petrolífero em Neka e modernizar as refinarias de Rey e Tabris.
2003	Argélia	CNPC	Acordo para investir 31 milhões USD durante três anos na prospecção de petróleo e gás.
2004	Arábia Saudita	Sinopec	Acordo para exploração e produção de gás com a Aramco saudita, no valor de 300 milhões USD.
2004	Egipto	Petrochina	Acordo de investimento petrolífero.
2004	Argélia	CNPC e Sinopec	Concessão da exploração de três blocos.
2004	Líbia	Governo da RPC	Acordo para a compra de 10 milhões de barris de petróleo, valor estimado de 300 milhões USD.
2004	Irão	Sinopec	Memorando de entendimento para a compra de 10 milhões de toneladas de Gás Natural Liquefeito (LNG) anualmente, durante 25 anos, em troca do desenvolvimento do campo de Yadavaran.
2004	Arábia Saudita (na província chinesa de Fujian)	Sinopec	Acordo para modernizar e triplicar a capacidade da refinaria de Quanzhou em cooperação com a Aramco saudita e a ExxonMobil americana, avaliado em 3.5 mil milhões USD.
2006	Arábia Saudita (na ilha chinesa de Hainão)	Governos, Sinopec	Acordo para criar um complexo para reserva petrolífera de 10 milhões de metros cúbicos na ilha chinesa de Hainão.
2007	Iraque	CNPC	Reconfirmação do acordo de 1997 para desenvolver o campo de al-Ahdad em troca do perdão de grande parte da dívida iraquiana à China.
2007	Irão	CNOOC	Acordo para o desenvolvimento do campo de gás natural North Pars.
2007	Irão	Sinopec	Contrato de 2 mil milhões USD para a 1ª fase do desenvolvimento do campo de Yadavaran, prosseguindo o acordo de 2004.

Fonte: Alterman e Garver, 2008: 25 - Table 2.1.

Comércio e Investimento

A China e o Médio Oriente são parceiros cada vez mais relevantes nas respectivas relações económicas e comerciais – a prová-lo estão as contínuas subidas da China no ranking dos principais parceiros comerciais dos países do Médio Oriente e vice-versa.²⁸ Tal como para a generalidade do mundo, a ressurgente China é um mercado extremamente apetecível para os produtores, investidores e exportadores do Médio Oriente em virtude da sua dimensão demográfica, rápido crescimento económico e classe de consumidores em contínua expansão. Por isso, além de grande cliente energético, a China apresenta um enorme potencial para outras exportações (em particular, de produtos químicos e petroquímicos, fertilizantes, plásticos e metais como o alumínio ou aço) e outros investimentos não energéticos, tanto mais que o *boom* dos preços do petróleo nos últimos anos tem disponibilizado mais capital para os governos, companhias e investidores desta região – fazendo, por exemplo, dos seis países do *Gulf Cooperation Council* (GCC)²⁹ os maiores acumuladores de capital no Médio Oriente, com reservas oficiais que se estimam poder saltar dos 51 mil milhões USD, em 2002 para os 150 mil milhões USD, em 2012.³⁰ A verdade é que se regista, nos últimos anos, um aumento das exportações e dos investimentos, energéticos e não energéticos, desta região na direcção da China, tanto em termos absolutos como relativos.

Paralelamente, e à semelhança do que acontece um pouco por todo o globo, o Médio Oriente tem sido atraído pelos produtos chineses de baixo custo que vêm conquistando quotas de mercado e inundando os espaços comerciais da região. A RPC, de facto, exporta abundantemente para o Médio Oriente, em particular, maquinaria e equipamentos/ /componentes de transportes (incluindo carros e motociclos cujas exportações para esta região dispararam desde o ano 2000), outros bens de consumo manufacturados e semi-manufacturados (incluindo electrónica), têxteis e vestuário e produtos agrícolas, fazendo com que a balança comercial com a região seja relativamente balanceada apesar das importações massivas chinesas de energia.

Em 2007, os principais parceiros comerciais (importações + exportações) da China no Médio Oriente foram a Arábia Saudita (num volume total que atingiu os 18.2 mil milhões

28 Ver OMC *Statistics Database*.

29 O *Cooperation for the Arab States of the Gulf* ou, simplesmente, *Gulf Cooperation Council* é uma organização regional criada em Maio de 1981 e que junta a Arábia Saudita, o Bahrein, os Emiratos Árabes Unidos, o Kuwait, Omã e Qatar.

30 *Economist Intelligence Unit*, 2007.

de Euros), os Emiratos Árabes Unidos (14.6 mil milhões EUR) e o Irão (14.5 mil milhões EUR), sendo que com o conjunto dos seis países do GCC o comércio bilateral global foi de sensivelmente 42 mil milhões EUR. Os maiores importadores regionais de produtos chineses foram a Arábia Saudita (12.6 mil milhões EUR), o Irão (9.7 mil milhões EUR) e Omã (quase 5 mil milhões EUR), cifrando-se o montante das importações chinesas do grupo GCC em cerca de 20 mil milhões EUR. E os maiores destinatários das exportações chinesas para o Médio Oriente foram os Emiratos Árabes Unidos (12.3 mil milhões EUR), a Turquia (7.8 mil milhões EUR) e a Arábia Saudita (5.6 mil milhões EUR), sendo o valor para o conjunto dos seis GCC de cerca de 22 mil milhões EUR.³¹

Tanto parte dos países do Médio Oriente como a China são grandes destinos de investimentos estrangeiros, mas são também, e cada vez mais, importantes investidores no estrangeiro, incluindo no mercado de capitais, procurando, naturalmente, os mercados que lhes permitam obter os mais elevados dividendos. Ora, o Médio Oriente para os investidores chineses e a China para os investidores do Médio Oriente são mútua e crescentemente encarados como mercados particularmente promissores para os respectivos investimentos e muito para lá da área da energia.³²

³¹ Ver adiante Quadro 3.

³² Exemplos disso constituem os investimentos, ambos em 2006, de 720 milhões USD da *Kuwait Investment Authority* e de 206 milhões USD da *Qatar Investment Authority* no *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC), o maior banco chinês, tendo este conseguido que o *Qatar Financial Center* aprovasse, em Fevereiro de 2008, a abertura de uma filial em Doha, a primeira vez que tal acontece com um banco chinês na região do Golfo Pérsico (Xinhua News Agency, 2008). A *Kuwait Investment Authority* também tem 15% da *Kuwait China Investment Company* (KCIC) criada em 2005 para gerir fundos no valor de 200 milhões USD de investimentos do Golfo na China (Rein, 2008). Em Fevereiro de 2008, a *Qatar Investment Authority* assinou um acordo com a *Singapore's Keppel Corporation* para um investimento conjunto numa “eco-cidade” de 30 km² em Tianjin, China, modelo de desenvolvimento sustentável a prosseguir futuramente noutras cidades chinesas (ibid.).

Os grandes investimentos chineses não energéticos no Médio Oriente também se sucedem: a *Hebei Zhongxing Automobile* da China aliou-se à *Iyas Company for Manufacturing Automobiles* e à *Jordan Investment Board* para a construção da primeira fábrica de automóveis na Jordânia no valor de 30 milhões USD, com o acordo a prever que os engenheiros jordanos tenham formação na China; no Egipto, o *China Export-Import Bank* concedeu um empréstimo de 16.3 milhões USD à *Egyptian Holding Company for Cotton Spinning and Weaving* para a reconversão de uma fábrica de poliéster e outro empréstimo de 20 milhões para a renovação do *Cairo International Conference Centre* (CICC); o *Citic Group*, maior companhia estatal chinesa, também planeia investir 800 milhões de USD numa fábrica de alumínio em Ismailia, junto ao Canal do Suez, prevendo escoar a maior parte da produção para a China; o *China National Chemical Engineering Company* (CNCEC) e o grupo Al-Kharafi do Kuwait planeiam investir 700 milhões USD na construção de uma fábrica de produtos químicos em Fayoum, Egipto; a *Alluminum of China* (Chalco), maior produtora de alumínio chinesa, assinou um acordo com parceiros Malaio e Saudita, em Outubro de 2007, para a construção de uma gigantesca fábrica de alumínio na Arábia Saudita que representa um investimento global de 3 mil milhões USD; etc, etc.

Outro sector que cada vez mais interliga a China e o Médio Oriente é o turismo: só entre 2001 e 2007, por exemplo, o número de turistas chineses no emirato do Dubai e no Egipto duplicou. De facto, com o turismo em franco desenvolvimento no Médio Oriente e sendo a China o país que mais novos turistas vem gerando, é enorme o potencial de expansão deste mercado altamente lucrativo – os países desta região esperam captar grande parte dos previstos 100 milhões de turistas chineses em 2015.

A China tornou-se, portanto, num parceiro económico-comercial estratégico para a generalidade dos países do Médio Oriente e vice-versa. A contribuir para o incremento do comércio e do investimento China-Médio Oriente estão os interesses comuns e mútuos tanto dos governos como dos empresários, as complementaridades e crescentes capacidades económicas respectivas e também a ausência de grandes obstáculos políticos. Entretanto, a fim de fortalecer os laços políticos, económicos e estratégicos entre a China e os Países Árabes, foi estabelecido, em Janeiro de 2004, o *China-Arab Cooperation Forum*, tornando-se um dos principais veículos de promoção das interações China-Médio Oriente. Outros quadros regionais com quem a China vem promovendo relações são a *Greater Arab Free Trade Area* (GAFTA)³³ e, sobretudo, o *Gulf Cooperation Council* (GCC) com quem Pequim planeia instituir uma Zona de Comércio Livre China-Médio Oriente.

As “vantagens comparativas” económicas e políticas da RPC fazem crer que o seu peso na actividade comercial do Médio Oriente aumente no futuro: por exemplo, o Egipto projecta que a RPC ultrapasse os EUA como seu maior parceiro comercial até 2012 e pretende aumentar o seu *share* quer nas exportações chinesas quer nas reexportações para a Europa tornando mais atractivas as tarifas de trânsito através do Canal do Suez para os produtos chineses.³⁴ Os intercâmbios comerciais entre a China e o Médio Oriente duplicaram de valor desde 2000 e cresceram duas vezes mais rápido do que o comércio entre o Médio Oriente e os EUA ou a Europa.³⁵ O objectivo chinês é elevar o comércio com o Médio Oriente a 100 mil milhões USD até 2010, o que significa quase duplicar o valor de 51.3 mil milhões USD registado em 2005 – impressiona, tanto mais se tivermos em consideração que, em 1991, o comércio total China-Médio Oriente não chegava aos 3 mil milhões USD.³⁶ É, de facto, a «nova rota da seda entre novos-ricos».³⁷

33 Instituída em Janeiro de 2005 pela Liga Árabe, tornando-se um novo bloco económico regional com 17 países membros e uma população total de mais de 280 milhões de pessoas.

34 Alterman e Garver, 2008: 75.

35 Rein, 2008.

36 OMC *International Trade and Tariff Data*.

37 Rein, 2008.

Apesar deste crescimento substancial convém, no entanto, ter os intercâmbios económicos e comerciais China-Médio Oriente na devida perspectiva. Efectivamente, a China ainda não tem para o Médio Oriente e o Médio Oriente não tem para a China, longe disso, o significado de outros actores como a UE, os EUA ou o Japão. Isto é óbvio em termos de investimento directo estrangeiro, ajuda ao desenvolvimento, serviços ou alta tecnologia, mas é igualmente visível no domínio comercial. Em 2007, a RPC foi o primeiro 1º comercial apenas do Iémen e de Omã, sendo o 2º do Irão, o 3º dos Emiratos Árabes Unidos, Egipto, Líbia e Turquia, o 4º para o conjunto dos seis GCC, Jordânia e Israel, o 5º da Arábia Saudita e Líbano, o 6º do Iraque, Kuwait e Síria, o 7º do Bahrein e o 9º do Qatar (ver Quadro 2).

Mais significativo ainda é o facto do Médio Oriente pesar relativamente pouco no comércio global da China: mesmo incluindo a energia e os armamentos, o Médio Oriente representa pouco mais de 1% do investimento chinês no estrangeiro e cerca de 4% do total do comércio externo da RPC (no valor de 60 mil milhões EUR), em 2007, muito aquém do significado da UE (1º parceiro comercial da China com quase 260 mil milhões EUR e um *share* de 17,3%), dos EUA (225.5 mil milhões EUR e parcela de 15%) ou do Japão (171.8 mil milhões EUR com 11,4% de *share*). Os seis países do GCC juntos representam uma quota de apenas 2,8% no comércio global da China e somente a Arábia Saudita (no 15º posto e um *share* de 1,2%), os Emiratos Árabes Unidos (17º e uma parcela de 1%) e o Irão (18º lugar também com um *share* de sensivelmente 1%) aparecem no top 20 dos principais parceiros comerciais da China, ainda que o conjunto dos Estados membros da UE sejam contabilizados como um só parceiro (ver Quadro 3). Naturalmente, nos seus cálculos, quer Pequim quer os governos do Médio Oriente quer ainda os outros actores co-relacionados ponderam esta realidade nas suas interações mútuas e nas respectivas políticas regionais e globais.

Quadro 2
Significado da RPC na actividade comercial
dos parceiros do Médio Oriente, em 2007

	China nas Importações		China nas Exportações		China no Comércio Total	
	Ranking	%	Ranking	%	Ranking	%
Arábia Saudita	3	9,4	5	8,2	5	8,6
Bahrein	6	4,1	n.a.	n.a.	7	1,5
Emiratos Árabes Unidos	2	13,2	9	2,3	3	8,1
Egipto	3	9,8	14	0,9	3	6,9
Iémen	3	12,1	1	21,9	1	16,3
Irão	2	14,4	3	14,5	2	14,5
Iraque	6	4,6	8	2,6	6	3,4
Israel	3	6,2	6	1,9	4	4,1
Jordânia	3	9,8	13	1,1	4	7,3
Kuwait	4	7,1	6	5,2	6	5,8
Líbano	4	5,9	n.a.	n.a.	5	4,8
Líbia	2	7,6	4	3	3	4,1
Omã	6	3,7	1	24,2	1	16,5
Qatar	6	2,8	7	1,6	9	2,1
Síria	3	9,1	n.a.	n.a.	6	5,6
Turquia	3	7,9	15	1	3	5,2
6 GCC*	3	10,1	5	6,3	4	7,8

Nota: * 6 GCC = Arábia Saudita, Bahrein, Emiratos Árabes Unidos, Kuwait, Omã e Qatar. As posições nestes rankings assumem o conjunto dos Estados membros da UE como um parceiro único, não os discriminando individualmente.

Fonte: Comissão Europeia *website*, *External Trade - Bilateral Trade Relations*.

Quadro 3
Significado dos Países do Médio Oriente no Top 20
dos principais parceiros comerciais da RPC, em 2007

Importações China de...				Exportações China para...				Comércio Total (Imp+Exp) China...			
Rank	Parceiros	Milhões EUR	%	Rank	Parceiros	Milhões EUR	%	Rank	Parceiros	Milhões EUR	%
1	Japão	96.964	15,3	1	UE	179.604	20,6	1	UE	259.985	17,3
2	UE	80.381	12,7	2	EUA	173.593	19,9	2	EUA	225.586	15
3	Coreia Sul	76.561	12,1	3	Hong Kong	131.905	15,1	3	Japão	171.851	11,4
4	EUA	51.993	8,2	4	Japão	74.888	8,6	4	Hong Kong	151.937	10,1
5	Malásia	20.119	3,2	5	Coreia Sul	40.695	4,7	5	Coreia Sul	117.257	7,8
13	Arábia Saudita	12.615	2	12	Emiratos Árabes Unidos	12.382	1,4	15	Arábia Saudita	18.242	1,2
15	Irão	9.173	1,5	18	Turquia	7.830	0,9	17	Emiratos Árabes Unidos	14.632	1
20	Omã	4.962	0,8	19	Arábia Saudita	5.627	0,6	18	Irão	14.450	1
–	6 GCC*	20.047	3,1	–	6 GCC*	22.070	2,5	–	6 GCC*	42.116	2,8

Nota * e Fonte: Ibid..

Armamentos

Qualquer reflexão sobre a China e o Médio Oriente implica, necessariamente, abordar as transacções de armamentos, já que estamos perante alguns dos maiores actores mundiais nesse mercado. Destinando à Defesa parte dos recursos resultantes do seu crescimento económico na prossecução da “*revolução dos assuntos militares com características chinesas*”, a RPC tem adquirido massivamente armamentos no estrangeiro, sendo talvez mesmo o maior importador mundial: segundo o *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI Arms Transfers Database)*, entre 2003 e 2007, a RPC foi o primeiro importador mundial de armamentos com uma quota de 12% do total.³⁸ Por seu lado, o

³⁸ Como sempre acontece nestas matérias, os rankings e os *shares* variam consoante as fontes. Por exemplo, diferentemente do SIPRI, um relatório do *Congressional Research Service* sobre as vendas de armamentos ao

Médio Oriente e Norte de África tem sido o maior mercado de armamentos do mundo em desenvolvimento: nos quatro anos 2003-2006, esta macro-região representou 46,6% do total dos acordos sobre transferência de armamentos para os países em desenvolvimento com um valor acumulado de 46.7 mil milhões USD; no mesmo período, os países do Médio Oriente e Norte de África receberam ainda armamentos no valor de 44.9 mil milhões USD, isto é, 53,7% do valor total dos armamentos entregues ao mundo em desenvolvimento, mantendo a liderança que já tinham nos anos 1999-2002 em que receberam um valor acumulado de quase 48 mil milhões USD ou 55,1% do total.³⁹

De notar, no entanto, que os principais fornecedores de armamentos à China e ao Médio Oriente são, na globalidade, bem distintos: no caso da China, impossibilitada de aceder ao armamento americano e europeu devido ao boicote desde a tragédia de Tiannanmen, em 1989, o grande fornecedor é a Rússia, donde provém cerca de 85% das suas importações de armamentos nos últimos 20 anos; no caso do Médio Oriente e Norte de África, genericamente, são os EUA e depois os países europeus os grandes fornecedores representando, conjuntamente, mais de 85% do abastecimento de armamentos a esta macro-região nas últimas duas décadas.

Por outro lado, a China é um grande importador mas é também um importante exportador de armamentos, aparecendo continuamente no top 10 dos principais fornecedores mundiais de armamentos, se bem que o seu significado no mercado mundial seja muito relativo.⁴⁰ As exportações chinesas de armamentos destinam-se, na sua quase totalidade, a países em desenvolvimento; porém, também aqui o seu significado continua a ser relativo.⁴¹ É precisamente o que acontece no caso do Médio Oriente, para onde

mundo em desenvolvimento referente ao período 1999-2006, coloca a China somente no segundo lugar quer em termos de contratos assinados visando a aquisição de armamentos convencionais - no valor de 17.4 mil milhões USD, equivalendo a cerca de 9% do valor total dos acordos sobre transferência de armamentos para os países em desenvolvimento nesses oito anos (atrás da Índia que apresenta um montante de 22.4 mil milhões USD e um *share* de 11,9%) - quer em termos de armamentos convencionais recebidos: no conjunto dos mesmos anos 1999-2006, segundo aquele relatório, a China recebeu armamentos no valor de 17.1 mil milhões USD, ou seja, 10% do valor total dos armamentos convencionais entregues ao mundo em desenvolvimento, ranking este liderado pela Arábia Saudita que recebeu nesse período armamentos no valor de 45.8 mil milhões USD ou 26,8% do total. Ver Grimmet/CRS, 2007: Tables 1, 1I, 1J e 2.

39 Grimmet/CRS, 2007: Tables 1C, 1D, 2C e 2D.

40 Segundo o IISS e o seu *The Military Balance 2008* (449: Tables 38-43), em 2006, a China foi 5º no *ranking* das entregas de armamentos com um valor de 700 milhões USD (*ranking* este liderado pelos EUA, com mais de 14 mil milhões USD) e 9º em matéria de acordos sobre transferência de armamentos com um valor de 800 milhões USD e um *share* no mercado global de apenas 2% (*ranking* igualmente liderado pelos EUA com 16.5 mil milhões USD e um *share* de 41.9%).

41 Ver Grimmet/CRS, 2007.

Pequim tem vendido importantes remessas de armamentos convencionais mas ainda assim muito inferiores comparativamente às vendas dos EUA, da Rússia ou dos grandes países da UE: no período 2003-2006, a China representou apenas 2,78% dos acordos sobre venda de armamentos e 2% das entregas de armamentos no Médio Oriente e Norte de África (para 48,87% e 43% dos EUA, respectivamente), valores não muito distintos do período 1999-2002 em que significou 3,03% dos acordos e 1,46% das entregas de armamentos nesta macro-região (enquanto os EUA representaram, respectivamente, 68,39% e 39,99%).⁴²

Se o significado da China no abastecimento de armamentos ao Médio Oriente é relativo, esta região também não é o maior mercado para as exportações chinesas de armamentos. No período 2003-2006, a macro-região Médio Oriente e Norte de África representou 28,89% dos acordos e 30% das entregas do total das vendas chinesas de armamentos (enquanto a “Ásia em desenvolvimento” acolheu 48,89% dos acordos e 50% das entregas de armamentos chineses), registando-se uma subida na importância daquele mercado para a China face ao quadriénio 1999-2002 em que significou 20% dos acordos e 25,93% das entregas.⁴³

A questão não se coloca, pois, em termos do peso da China nas vendas totais de armamentos ao Médio Oriente. Coloca-se, sim, ao nível dos concretos destinatários regionais dos armamentos chineses, na medida em que a China persiste em vender equipamentos militares (incluindo vários tipos de mísseis) a regimes perigosos e sob crítica internacional como os do Irão e da Síria ou, antes, os de Saddam no Iraque e da Líbia até ao volte-face de 2002, independentemente dos seus efeitos na estabilidade regional e dando quase sempre a impressão de actuar deliberadamente de forma oportunista e por oposição aos EUA. Contudo, esta é apenas parte da realidade pois, tal como em matéria de energia ou do comércio em geral, entre os principais importadores de armamentos chineses no Médio Oriente encontram-se também países aliados ou muito próximos dos EUA como a Arábia Saudita, o Egipto ou o Kuwait. No quadriénio 2003-2006, os principais compradores regionais com quem Pequim celebrou acordos para a venda de armamentos foram o Egipto e o Irão (400 milhões USD cada) e a Arábia Saudita (200 milhões USD); nesse mesmo período, os grandes receptores de armamentos chineses foram o Egipto (300 milhões USD) e o Irão e o Kuwait (200 milhões USD cada).⁴⁴

42 Ver Quadro 4A.

43 Ver Quadro 4B.

44 Grimmet/CRS, 2007: 33 e 43.

Por outro lado, a China não vende mas compra armamentos a um outro aliado regional dos EUA, Israel, assunto a que voltaremos mais adiante.

Quadro 4
Significado mútuo das Vendas de Armamentos Convencionais
da RPC ao Médio Oriente e Norte de África

4A. Peso comparativo da China na venda de Armamentos Convencionais
ao Médio Oriente e Norte de África*, 1999-2006

		EUA		Rússia		China		4 Grandes UE**	
		1999- -2002	2003- -2006	1999- -2002	2003- -2006	1999- 2002	2003- -2006	1999- 2002	2003- -2006
MÉDIO									
ORIENTE	Acordos	68,39%	48,87%	8,07%	13,69%	3,03%	2,78%	5,72%	27,17%
E NORTE	Recepções	39,99%	43,00%	3,96%	4,90%	1,46%	2,00%	42,30%	43,86%
ÁFRICA*									

4B. Peso comparativo do Médio Oriente e Norte de África* nas Exportações
de Armamentos Convencionais da China, 1999-2006

		Ásia em		Médio Oriente		América Latina		África	
		Desenvolvimento	e Norte de África*	1999- -2002	2003- -2006	1999- -2002	2003- -2006	1999- -2002	2003- -2006
CHINA	Acordos	60,00%	48,89%	20,00%	28,89%	2,22%	2,22%	17,78%	20,00%
	Entregas	55,56%	50,00%	25,93%	30,00%	0,00%	3,33%	18,52%	16,67%

Notas

* Médio Oriente e Norte de África exclui a Turquia e inclui Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Egipto, Emiratos Árabes Unidos, Iémen, Irão, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, Síria e Tunísia.

** 4 Grandes UE refere a Alemanha, a França, a Itália e o Reino Unido.

Fonte: Richard F. Grimmet e *Congressional Research Center (CRS)*, 2007: 51, 52, 62 e 63 – Tables 1D, 1E, 2D e 2E.

China no Médio Oriente: Comedimento/articulação Face aos EUA e Relações com Todos

Até certo ponto, a China parece, de facto, manobrar nesta região como contra-peso ao “hegemonismo americano” frequentemente invocado na retórica dos seus dirigentes. As opulentas transacções energéticas, comerciais e de armamentos com regimes anta-

gonistas dos EUA como o Irão e a Síria ou, antes, a Líbia e o Iraque, o “escudo diplomático” a Teerão (travando sanções mais severas ao Irão na sequência da crise em torno do seu programa nuclear) e a Damasco (impedindo que as Nações Unidas tomassem posições mais duras perante a recusa da Síria colaborar integralmente nas investigações sobre o assassinato do antigo Primeiro-Ministro libanês Rafik Hariri), a empatia com os grupos “terroristas” Hamas e Hezbollah, a “aproximação estratégica” à Arábia Saudita e ao Egipto aproveitando o clima de desconfiança e algum esfriamento de relações entre aqueles e Washington na sequência do 11 de Setembro ou ainda os negócios realizados independentemente das situações políticas e em termos de direitos humanos dos países da região parecem mostrar uma China a contrariar activamente os interesses e as políticas dos EUA no Médio Oriente. Por isso, muitos observadores não hesitam em considerar que a recente chegada da China ao Médio Oriente é «*not a very welcome one*» para os interesses dos EUA, pois «*Beijing’s intentions in the region are not benign (...) China sees its new diplomatic clout in the Middle East as a geopolitical counterweight to the United States (...) Beijing’s irresponsible tactics and policies are antithetical to the interests of stability and freedom in the world’s most volatile territory*»,⁴⁵ apelidando a China de «*New Patron of Regional Instability*»,⁴⁶ no âmbito de uma vasta competição geopolítica entre a superpotência proeminente e a grande potência ressurgente.

Simultaneamente, contudo, Pequim vai dando contínuas provas de não querer confrontar os EUA. Efectivamente, há uma enorme diferença entre a retórica anti-hegemónica de Pequim e a sua política regional e global. Ao longo dos últimos 20 anos, o Iraque, o Irão, a Líbia, a Síria ou o processo de paz Israelo-Árabe fornecem inúmeros exemplos desse comedimento chinês na região e face aos EUA, quer na forma da aprovação de sucessivas resoluções no CSNU promovidas por Washington contra os seus antagonistas regionais quer moderando, reduzindo ou até suspendendo certo tipo de apoios às forças regionais anti-EUA.⁴⁷ Mesmo nos momentos de maior tensão envolvendo os EUA e actores não-estatais ou governos do Médio Oriente e que representam oportunidades diplomáticas e comerciais habilmente aproveitadas por Pequim, a China só se expõe frontalmente contra os EUA depois de outras potências o fazerem primeiro e, em regra, numa postura mais resguardada ou *soft* – como se viu, por exemplo, por ocasião da crise em torno da intervenção americana no Iraque, com a China a mostrar-se signifi-

45 Ji e Tkacik, Jr., 2006: 1, 5 e 10.

46 Ibid.; ver também Leverett e Bader, 2005-06.

47 Ver Alterman e Garver, 2008: 16-52; Sutter, 2008b: 355-396; e Calabrese, 2005.

cativamente mais branda do que a França, a Alemanha ou a Rússia no seu oposicionismo. No fundo, a China tem sido muito pragmática e cuidadosa não só em não confrontar os EUA como em não se deixar envolver por certos parceiros regionais nos respectivos conflitos com os EUA, claramente mostrando que prossegue uma política muito distinta da antiga URSS na região em tempo de Guerra Fria.

Na retórica chinesa, a *«ilusória e arrogante estratégia americana de domínio será derrotada pela resistência dos povos da região»*⁴⁸, enquanto a China se continua a basear nos seus “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”. Todavia, a razão de fundo para o comedimento chinês face aos EUA no Médio Oriente não é ideológica mas sim de ordem pragmática e bem sintetizada por Alterman e Garver:⁴⁹ *«opposition to U.S. policy in the Middle East would be too costly in terms of broader U.S.-China relations»*. Por muito importantes que sejam os seus interesses e certos parceiros no Médio Oriente, nenhum vale o risco de alienar a relação bilateral mais importante para a China e, logo, outros interesses prioritários: os EUA são absolutamente cruciais para um ambiente internacional favorável ao crescimento e desenvolvimento da China; confrontar a *hyperpuissance* seria, pois, motivar verdadeiras estratégias de contenção anti-China. Mais: para a China, os Estados Unidos são um parceiro económico e comercial incomparavelmente mais importante do que todo o Médio Oriente e têm um papel determinante noutros “interesses vitais” chineses como a “unidade da China” e, em particular, a questão de Taiwan, a segurança e a estabilidade de toda a Ásia-Pacífico em torno da China (incluindo a Península Coreana, o Sudeste Asiático e a Ásia Meridional) ou o relacionamento bilateral de Pequim com o Japão, a Coreia do Sul, os países ASEAN, a Índia, o Paquistão ou a UE. Acresce que, incapaz de o garantir *per se*, a China tira benefício da omnipresença estratégica dos EUA em termos de relativa estabilização do Médio Oriente e da segurança das rotas para o abastecimento energético e as transacções comerciais. Em última análise, confrontar directamente os EUA poria em causa os interesses e objectivos chineses quer no Médio Oriente quer globais.

O comedimento e a postura cooperativa com os EUA, quando acontece, não significa que a China o faz de cabeça baixa ou que cede aos exclusivos interesses americanos. Fê-lo, antes, no âmbito de um hábil jogo de articulação em que, sem abdicar de tentar promover os seus interesses regionais e atenuar a supremacia dos EUA, mas também sem afrontar os interesses vitais americanos, vai conseguindo obter contrapartidas de Washington

48 Qian Qichen, antigo MNE e Vice-Presidente do Conselho de Estado da RPC, cit. in Agência Reuters, 2004.

49 Alterman e Garver, 2008: 18-19.

numa agenda bastante mais ampla – do “tampão” americano às ambições independentistas do anterior Presidente de Taiwan, Chen Shui-bian⁵⁰ à expansão das relações comerciais China-EUA, passando pela garantia americana de não atacar o complexo nuclear da Coreia do Norte, a inclusão do *East Turkestan Independence Movement* (ETIM) na lista americana de grupos terroristas ou a facilitação americana do regresso chinês aos negócios petrolíferos no Iraque pós-Saddam. No fundo, o Médio Oriente insere-se no relacionamento bilateral global China-EUA em que, simultaneamente, ambos mutuamente competem e cooperam.⁵¹

A não confrontação com os EUA no Médio Oriente facilita ainda o objectivo chinês de manter e desenvolver relações amigáveis e produtivas com *todos* os países da região. Ora, dada a intrínseca complexidade e conflitualidade do Médio Oriente, este objectivo exige também da China um posicionamento de relativo distanciamento e firme neutralidade para evitar ser envolvida na teia de rivalidades regionais, bem como uma política ambivalente e omni-direccional, isto é, não dirigida ou selectiva de determinados parceiros mas sim, virtualmente, em todas as direcções.

A ambivalência chinesa no Médio Oriente já vem do tempo de Deng Xiaoping quando, em plena Guerra Irão-Iraque (1980-1988), Pequim conseguiu manter relações cordiais com Bagdade enquanto se tornava no principal fornecedor de armamentos, parceiro nuclear e apoiante nas Nações Unidas de Teerão. Continuou nos anos 1990 quando, por exemplo, a RPC estabeleceu relações diplomáticas com Israel (1992) e desenvolveu os laços cooperativos mútuos mantendo, simultaneamente, relações próximas com a OLP e depois a Autoridade Palestiniana, o Hamas, o Hezbollah e, fundamentalmente, “Estados rejeccionistas” como o Irão, a Síria ou o Iraque de Saddam. E persiste na actualidade, por exemplo, face aos *hot spots* processo de paz israelo-árabe e programa nuclear do Irão ou à competição geopolítica regional nos últimos anos entre a Arábia Saudita e o Irão e ao clima de confrontação militar entre Jerusalém e Teerão e Damasco.

A China baseia-se no princípio de que não tem nenhum conflito de interesses essencial com qualquer país do Médio Oriente, pelo que procura desenvolver laços cooperativos com *todos* sem ser percebida como adversária por nenhum. Os interesses chineses são, evidentemente, mais relevantes nuns casos do que noutros, mas sem que algum valha os riscos associados à “parcialidade” nos conflitos regionais. Por outro lado, a China tem interesse na estabilidade regional e apresenta-se como “estabilizadora”,

50 Ver, p. ex., Silva, 2008 e Tomé, 2008a.

51 Ver, p. ex., Tomé, 2008a, 2006 e 2004: 115-150; Sutter, 2008b: 155-188; e Gaspar, 2008.

mas se a situação se degradar e o Médio Oriente descambar no caos, espera que sejam outros primeiramente a intervir...

Questões e Relações Particulares

Nas interacções da China com o Médio Oriente há certas questões e relações que assumem particular relevância e que permitem observar a política omni-direccional chinesa na região. Salientam-se os laços da China com Israel e o processo de paz Israelo-Árabe e com os três maiores produtores petrolíferos regionais, a Arábia Saudita, o Iraque e o Irão, neste também avaliando a questão do seu programa nuclear.

Israel e o Processo de Paz Israelo-Árabe

Uma das relações mais peculiares da China no Médio Oriente é com Israel, desde sempre um aliado dos EUA na região. Tendo estabelecido relações diplomáticas plenas apenas em 1992, Pequim e Jerusalém têm desenvolvido laços mútuos, sendo hoje a China um dos mais importantes parceiros comerciais de Israel - em 2007, a RPC foi o 3º maior parceiro comercial de Israel representando 4,1% no total da actividade comercial israelita⁵² - e Israel um dos mais importantes fornecedores de armamentos à RPC: com efeito, 5º no ranking mundial em matéria de acordos sobre transferência de armamentos, em 2006,⁵³ e cuja indústria de armamento exporta cerca de 75% da sua produção, Israel tem procurado activamente vender armas à portentosa RPC que, por sua vez, tem procurado adquirir a Israel os seus sofisticados equipamentos militares, situação que provoca, ciclicamente, a intervenção dos Estados Unidos.

A venda de armamentos de Israel à China antecedeu mesmo o estabelecimento das relações diplomáticas: nos anos 1980, Jerusalém terá secretamente entregue a Pequim armamentos no valor de 4 mil milhões USD.⁵⁴ Na época, isso não mereceu a oposição dos EUA, uma vez que o dispositivo militar chinês estava então direccionado contra a URSS, a questão de Taiwan estava estável e Washington encarava os laços Sino-Israelitas como

52 Ver atrás Quadro 2.

53 *The Military Balance 2008*: 449.

54 Ramachandran, 2004.

forma de envolver ainda mais a China com o Ocidente. No entanto, as novas circunstâncias resultantes do fim da “dupla Guerra Fria” acompanhado do regresso das tensões EUA-China pós-Tiannanmen, do fortalecimento militar chinês e da reemergência da tensão sobre Taiwan à medida que o processo de democratização fazia ascender ao poder *taiwaneses* mais ferozmente independentistas, levaram Washington a opor-se a certas entregas de armamentos israelitas à China por poderem pôr em causa a balança estratégica no Estreito de Taiwan. Por exemplo, os EUA forçaram Israel a renunciar a um contrato, celebrado em Julho de 2000, para vender à China quatro aviões Phalcon equipados com um sofisticado sistema AEW&C⁵⁵ e que custou a Jerusalém uma indemnização de 300 milhões USD a Pequim.⁵⁶ Também o acordo de 2004 pelo qual Israel iria modernizar veículos robotizados militares *Harpy* chineses foi cancelado depois de uma chuva de críticas americanas e que incluíram exigências de um pedido formal de desculpas e a demissão do Director-Geral do Ministério da Defesa Israelita.⁵⁷ Depois de muito insistir, Washington obteve de Israel o compromisso de que os EUA seriam notificados previamente sobre futuros acordos envolvendo armamentos com a China⁵⁸ – o que, na prática, significa que os EUA terão, antecipadamente, de autorizar essas vendas.

A realidade é que, independentemente das desinteligências Jerusalém-Washington e Pequim-Washington, o relacionamento entre a China e Israel tem-se adensado, incluindo o diálogo político em matérias sensíveis como o programa nuclear do Irão. Isto é bem simbolizado na visita do Primeiro-Ministro israelita à RPC, em Janeiro de 2007. Numa altura em que a crise estava num impasse, a ida de Ehud Olmert a Pequim culminou um périplo pelas capitais dos cinco membros permanentes dos CSNU destinado a obter maior pressão internacional sobre Teerão. No final desta visita, o Primeiro-Ministro de Israel não escondeu a satisfação aos *media* dizendo que tinha escutado do seu homólogo Wen Jiabao «*many surprising and positive things*» e que o Primeiro-Ministro chinês «*made it absolutely clear*» a oposição da China a «*an Iran with a nuclear bomb*».⁵⁹

No respeitante aos processos de paz Israelo-Árabe e Israelo-Palestiniano, os actores externos desempenharam sempre um papel significativo: não foi e não é, todavia, o caso da China, mantendo historicamente uma posição marginal escudada no ambíguo apoio de uma solução pacífica do conflito baseada nas resoluções das Nações Unidas. Esta

55 *Airborne Early Warning, Command and Control*.

56 Blumenthal, 2005.

57 O'Sullivan, 2004.

58 Wilson, 2005.

59 Cit. in Bhadrakumar, 2007.

posição tradicional permite que a China seja bem-vinda pela generalidade dos actores envolvidos. Durante a visita do Presidente chinês Jiang Zemin ao Médio Oriente, em 2000, Yasser Arafat solicitou-lhe directamente que a China designasse um enviado especial permanente para a região, o que Pequim faria pouco depois. Chegou a pensar-se que a China integraria o “Quarteto” (EUA, UE, Rússia e ONU), mas Pequim acabaria por manter uma presença equidistante envolvendo-se, essencialmente, por via das Nações Unidas. Depois do conflito Israel-Hezbollah/Líbano em 2006, a China anunciou a disponibilidade para aumentar até 1000 o número de militares seus na *United Force Interim Force in Lebanon* (UNIFIL): em Setembro de 2008, em todo o Médio Oriente, a China contabilizava 343 militares na UNIFIL e mais 4 observadores militares na *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO), num total de 2164 “capacetes azuis” chineses espalhados pelo mundo (UNDPKO webpage). Efectivamente, parece que a China não pretende assumir um papel central na diplomacia Israelo-Árabe.

Iraque

O interesse chinês no Iraque resulta, essencialmente, deste ter no seu território as quartas maiores reservas petrolíferas mundiais. Acontece que o sector energético iraquiano é relativamente pouco desenvolvido, pelo que as suas capacidades de produção são bastante limitadas. Ou seja, o Iraque tem muito petróleo para extrair e precisa de investimentos massivos nas suas infraestruturas energéticas para potenciar a sua produção.

Tanto sob Saddam como depois, Pequim e Bagdade têm procurado estabelecer uma sólida relação energética e política. Contudo, este relacionamento foi sempre condicionado pelos sucessivos conflitos e sanções que envolveram o Iraque, fazendo com que a interacção China-Iraque, nos últimos 20 anos, tenha estado sempre ligada às relações de ambos com os EUA. Uma primeira manifestação da articulação sino-americana envolvendo o Iraque ocorreu em 1990, quando a necessidade dos EUA de que a China deixasse passar no CSNU a Resolução 678 para levar a cabo aquela que seria a “Guerra do Golfo” sob mandato das Nações Unidas contra o Iraque de Saddam abriu uma excelente oportunidade para Pequim começar a restaurar relações com Washington e obter o fim de grande parte das sanções impostas na sequência da tragédia de Tiannanmen, em 1989. Depois, embora fosse aprovando sucessivas resoluções no CSNU, face à redução drástica das exportações de petróleo iraquiano para a China, no final dos anos 1990, Pequim

secundarizou os intensos esforços diplomáticos da França e da Rússia para que cessassem as sanções contra o Iraque. Como recompensa, e à semelhança de Paris e Moscovo, Pequim viu facilitado pelo regime de Saddam o acesso ao petróleo iraquiano: por exemplo, a CNPC chinesa assinou com a companhia nacional petrolífera do Iraque, em Junho de 1997, um acordo no valor de 1.2 mil milhões USD para a exploração conjunta do campo al-Ahdab, 160 km a Sul de Bagdade, com uma produção prevista de 100.000 barris por dia.⁶⁰ Paralelamente, todavia, a China mostrou-se extremamente cautelosa no que toca à violação das sanções impostas ao Iraque: por exemplo, depois do regime de Saddam ter reaberto o aeroporto de Bagdade, em Agosto de 2000, desafiando a Resolução das NU de 1990 banindo o tráfego aéreo com o Iraque, só meio ano depois e após vários países o fazerem (incluindo dois membros permanentes do CSNU, a França e a Rússia) é que a China começou também a enviar aviões para Bagdade. Por outro lado, embora tenha aproveitado a oportunidade aberta pelo programa “Petróleo por Alimentos” (1997-2003), a China trocou com o regime de Saddam bem menos do que outros países como a Rússia, a França, a Suíça, o Reino Unido, a Turquia ou a Itália.⁶¹

Outro exemplo do comedimento chinês que referimos ocorreu em 2001, quando os EUA exigiram que a China suspendesse o envolvimento na construção de uma rede de fibra-óptica no Iraque que ligaria as baterias de mísseis na *no-fly zone* no Sul do país aos radares próximos de Bagdade: depois de ter efectuado uma “séria investigação” para confirmar a veracidade das acusações e de ter negado que firmas chinesas tivessem ajudado o regime de Saddam a fortalecer as suas defesas aéreas, Pequim informou secretamente Washington de que tinha ordenado às empresas chinesas que suspendessem essas actividades no Iraque.⁶² Alguns meses mais tarde, e após ter acordado com os EUA deixar passar mais “*smart sanctions*” contra o Iraque, a China obteria a libertação de 80 milhões USD de fundos iraquianos congelados para se pagar de equipamentos de telecomunicações vendidos ao Iraque.⁶³

Ainda mais significativa foi a postura chinesa por ocasião da crise em torno da crise e intervenção militar americana no Iraque, em 2003. Depois de aprovar a ambígua Resolução 1441 do CSNU de Novembro de 2002, Pequim juntou-se a Paris e Moscovo numa declaração conjunta manifestando oposição a uma eventual acção militar dos EUA

60 Hoyos e Khalaf, 2008.

61 Ver ONU - Independent Inquiry Committee (IIC) into the United Nations Oil-for-Food Programme webpage - Documents.

62 Gertz, 2001.

63 Alterman e Garver, 2008: 29.

contra o Iraque; porém, em Março de 2003, quando estava eminente essa acção militar, Pequim declinou juntar-se novamente a Paris, Moscovo e Berlim quando estes fizeram nova declaração conjunta de oposição à intervenção americana. Paralelamente, o regime de Pequim impediu que na China ocorressem as manifestações massivas que tiveram lugar noutros países nas semanas precedentes e posteriores à intervenção – como referiu um jornal de Hong Kong, «*By not allowing the people to march in the street, and by supressing anti-US sentiment, the Chinese government was doing the United States a favor*».⁶⁴ Logo que Saddam foi deposto, a China teve um papel importante em persuadir a França, a Rússia e a “não-permanente” Alemanha a aprovarem uma nova Resolução do CSNU permitindo às Nações Unidas envolverem-se na reconstrução do Iraque sob ocupação dos EUA. A visão do Embaixador chinês nas Nações Unidas, Wang Guangya, é elucidativa: «*You have to recognize that the US is the biggest country in the world. If they do not want to participate in the UN, I don't think the UN will work effectively*».⁶⁵

A atitude relativamente cooperativa Sino-Americana em relação ao Iraque manteve-se em todo o período pós-Saddam, dando a impressão de que os EUA estão agora a incluir a China como *constructive power* na reconstrução e desenvolvimento do Iraque acautelando os interesses de ambas as potências, o que naturalmente facilita o relacionamento Pequim-Bagdade. De facto, depois da suspensão dos acordos petrolíferos sino-iraquianos na sequência da Guerra do Iraque, em 2003, a China está de regresso aos negócios petrolíferos neste país. O novo governo Iraquiano, constituído em 2006, iniciou negociações com Pequim e a CNPC, no final desse mesmo ano, tendo em vista reavivar o acordo de 1997 sobre o campo de al-Ahdab, no que foi a sua primeira renegociação com uma firma petrolífera estrangeira. Os dois Estados chegaram a entendimento sobre o papel liderante da China no desenvolvimento desse campo petrolífero num novo acordo assinado por ocasião da visita do Presidente Jalal Talabani à China, em Maio de 2007 – significativamente, a primeira de um presidente iraquiano desde que as relações diplomáticas foram estabelecidas entre os dois países em 1958 –, tendo Pequim perdoado grande parte da dívida do Iraque à China. Já em Agosto de 2008, o governo de Bagdade chegou a acordo com a CNPC para a exploração do al-Ahdab num investimento que pode chegar aos 3 mil milhões USD nos próximos 20 anos.⁶⁶ Em 2007, a China foi já o 6º maior parceiro comercial do Iraque com um *share* de 3,4% do total da actividade comercial iraquiana.⁶⁷

64 Cit. in WorldPress.org, 2003.

65 Cit. in Alterman e Garver, 2008: 31.

66 Hoyos e Khalaf, 2008.

67 Ver atrás Quadro 2.

Entretanto, a China passou a procurar aceder ao petróleo no Curdistão norte-iraquiano e que goza, desde 2003, de uma quase independência *de facto*, onde estão cerca de 40% do total das reservas petrolíferas do Iraque e onde existe uma maior segurança relativa face ao terrorismo sectário. Pequim tem usado também as suas relações com os Curdos para que a Turquia deixe de apoiar os refugiados Uigures turcófonos do Xinjiang – terá mesmo, implicitamente, ameaçado Ankara de que poderia apoiar os Curdos no *vis a vis* com a Turquia se não obtivesse a pretendida cooperação.⁶⁸

Arábia Saudita

Os esforços iniciais chineses de cooperação energética com o Iraque ou o Irão envolviam países em confrontação com os EUA. O caso é diferente com a Arábia Saudita, tradicional aliado dos americanos no Médio Oriente, pelo que de todos os países da região «*finding themselves between the US and China, Saudi Arabia is the most pivotal among them*».⁶⁹

Para a China, o grande interesse nesta relação decorre, evidentemente, do facto da Arábia Saudita ser o maior produtor mundial e ter as maiores reservas mundiais de petróleo, a que se somam outras vantagens: apresenta uma situação política estável e um sector energético desenvolvido, organizado e capitalizado ao contrário, por exemplo, do Iraque ou do Irão cujos fornecimentos energéticos são severamente afectados pela instabilidade política e pelo subdesenvolvimento das respectivas infraestruturas energéticas. Para a Arábia Saudita, que procura, essencialmente, mais mercados consumidores, a ressurgente China representa uma excelente alternativa aos caprichosos EUA ou Europa. A China é ainda um ótimo mercado para o crude *medium*, mais pesado e mais poluente, que a Arábia Saudita tem em abundância mas com pouca procura no mercado internacional comparativamente ao crude *premium* (por isso, também vendido cerca de 25% mais barato) por haver um número limitado de refinarias que o podem transformar em produtos como gasóleo ou gasolina. Ora, o crude pesado deve representar uma percentagem crescente na produção energética Saudita no futuro, mas construir novas refinarias nos EUA, na Europa ou no Japão (seus principais clientes petrolíferos) está virtualmente fora de questão pelas preocupações ambientais – assim, Riade tem tentado vender à China

68 Shichor, 2006.

69 Alterman e Garver, 2008: 67.

o seu petróleo “sujo” e ajudado a desenvolver a capacidade chinesa em o usar, investindo em refinarias na China.

A relação entre Pequim e Riade conheceu um forte incremento, sobretudo, desde o final dos anos 1990, altura em que a Arábia Saudita intensificou esforços de diversificação externa da sua economia e a RPC redobrou esforços na procura de fontes de abastecimento externo de petróleo: em 1999, durante a visita do então Presidente chinês Jiang Zemin à Arábia Saudita, foi assinado um acordo mútuo para a Cooperação Estratégica no domínio do Petróleo.⁷⁰ Desde então, o relacionamento energético e comercial Sino-Saudita expandiu-se enormemente. Nos últimos anos, a Arábia Saudita compete com Angola na posição de maior fornecedor de petróleo à China, representando cerca de 17% das importações chinesas de petróleo e mais de meio milhão de barris/dia: até ao fim da presente década, chineses e sauditas esperam que este número duplique⁷¹ - o que é significativo, tendo em consideração que, em 1995, a Arábia Saudita era apenas o 25º na lista de fornecedores petrolíferos à China (*IEA/AIE e OMC*). Por seu turno, a Ásia (que inclui grandes clientes como o Japão, a Coreia do Sul, a China ou a Índia) passou a representar cerca de metade do total das exportações petrolíferas sauditas, sendo um mercado natural para a expansão dos negócios energéticos da Arábia Saudita e de outros produtores. Ainda assim, é prudente ter em perspectiva a importância comparativa da China nas exportações petrolíferas Sauditas: é que enquanto a Arábia Saudita exporta uma média de 500 mil barris/dia de petróleo para a China, exporta sensivelmente o triplo (1500 milhões b/d) para os EUA ou o Japão, sendo este último o seu maior cliente.

Naturalmente, os investimentos mútuos, fundamentalmente, no sector energético dispararam nos últimos anos. Por exemplo, em 2004, a Sinopec (segunda maior companhia petrolífera chinesa depois da CNPC) juntou-se à Aramco (*Arabian American Oil Company*, maior companhia petrolífera saudita) e à americana ExxonMobil para um investimento de 3.5 mil milhões USD numa refinaria em Quanzhou, província chinesa de Fujian, com o objectivo de triplicar a capacidade de produção daquela refinaria e permitindo-lhe processar crude “sujo” saudita. No ano seguinte, a Sinopec e a Aramco juntaram-se para um novo investimento de 300 milhões USD na exploração do campo de gás natural no deserto de Rub al Khali na Arábia Saudita, estando ambas também envolvidas no projecto para a construção de uma outra refinaria em Qingdao, província

70 Blumenthal, 2005.

71 Winning, 2008.

chinesa de Shandong, no valor de 1.2 mil milhões USD.⁷² Em 2006, os dois Governos acordaram a construção de um enorme complexo para acolher reservas de petróleo na ordem dos 63 milhões de barris (10 milhões de metros cúbicos) na ilha chinesa de Hainão. Entretanto, Riade também convidou companhias chinesas para participar no desenvolvimento de infraestruturas na Arábia Saudita que valem um total de 624 mil milhões USD.⁷³

Paralelamente, a China tornou-se num importante fornecedor de armamentos ao Reino Saudita, em particular, de mísseis balísticos (CSS-2s) de alcance intermédio (3000 km), estando Riade e Pequim interessados noutras transacções de mísseis chineses como os novos e mais avançados CSS-6s (DF-15s).⁷⁴

As relações comerciais sino-sauditas intensificaram-se, portanto: em 2007, a China foi o 3º maior parceiro nas importações, o 5º nas exportações e o 5º no total da actividade comercial da Arábia Saudita, enquanto esta foi o 13º parceiro nas importações, 12º nas exportações e 15º no comércio global da RPC.⁷⁵

Embora o petróleo e o comércio estejam no centro do relacionamento Sino-Saudita, este adquiriu uma nova dimensão política depois dos ataques de 11 de Setembro de 2001 e que esfriaram as relações Washington-Riade pelo envolvimento de sauditas com o terrorismo islâmico internacional.⁷⁶ Para a monarquia autoritária de Riade, os laços com a China permitem à Arábia Saudita ganhar mais margem de manobra face às pressões de Washington – sobretudo, perante os esforços americanos de democratizar o “Grande Médio Oriente” e, portanto, de incitar reformas políticas internas e maior respeito pelos direitos humanos na Arábia Saudita. Neste sentido, Riade aprecia a política chinesa de estrita “não-interferência nos assuntos internos” sauditas e de se concentrar nos interesses mútuos. Esta situação abriu uma janela de oportunidade para a China incrementar laços com a Arábia Saudita, interessada no petróleo e no mercado saudita mas espreitando a hipótese de promover outros interesses.

Consequentemente, Pequim e Riade desenvolveram o diálogo político entre si encontrando terreno comum em questões como o Iraque, o programa nuclear do Irão, o

72 Ji e Tkacik, Jr., 2006: 2-3.

73 Alterman e Garver, 2008: 33.

74 Blumenthal, 2005.

75 Ver atrás Quadros 2 e 3.

76 Quinze dos 19 suicidas do 11/9 eram nacionais da Arábia Saudita, tal como o próprio Bin Laden (se bem que “repudiado” pelo Reino, em 1994), provindo daqui, igualmente, avultados financiamentos à rede Al-Qaeda.

processo de paz Israelo-Árabe, o papel das Nações Unidas e, fundamentalmente, na oposição aos princípios Ocidentais de democratização, direitos humanos, mudanças de regime/"revoluções coloridas" e "ingerência humanitária".⁷⁷ De facto, tanto a China como a Arábia Saudita manifestaram ambas sérias reservas quer ao projecto *Great Middle East* dos EUA quer à iniciativa *Broader Middle East and North Africa* (BMENA) lançada pelo G8, em Junho de 2004, receando que signifiquem interferência nos assuntos internos dos países da região e até potenciadores de instabilidade no já volátil Médio Oriente - em Setembro de 2004, Pequim e Riade assinaram um acordo prevendo consultas políticas regulares e o apoio mútuo nas questões internacionais. Na realidade, trata-se de retomar e desenvolver um diálogo bilateral iniciado antes e incentivado por uma matéria sensível para ambos os lados: durante a sua visita a Riade, em 1999, o então Presidente chinês Jiang Zemin afirmou existir um consenso Sino-Saudita contrário à concepção de "ingerência humanitária" (em causa estava, na altura, a intervenção da NATO no Kosovo), dizendo que «*Não há direitos humanos sem soberania. Os direitos humanos não são superiores à soberania, os direitos humanos precisam é da soberania para protecção. A formulação de que "os direitos humanos são superiores à soberania" não só é absurda como prejudica a causa da paz e do desenvolvimento*».⁷⁸

Simbolizando a aproximação Sino-Saudita, em Janeiro de 2006, o recém-empossado Rei Saudita, Abdallah, foi à RPC naquilo que Pequim apelidou de "três primeiras":

- i) a primeira visita de um monarca Saudita à China;
- ii) a China como primeiro país visitado pelo Rei Abdallah enquanto rei;
- iii) e a China como primeira paragem no *tour* multi-nacional do novo Rei Saudita.

Não foi assinado nenhum tratado nem foi feita nenhuma declaração conjunta - a mera visita já era altamente significativa -, mas as agências chinesas reportaram que o Rei Abdallah e o Presidente Hu Jintao acordaram «*fortalecer pragmaticamente a cooperação mútua e desenvolver os laços estratégicos de cooperação e amizade*» entre a China e a Arábia Saudita.⁷⁹ Menos de quatro meses depois, o Presidente da RPC e Secretário-Geral do PC Chinês, Hu Jintao, devolveu a visita indo a Riade num périplo que o levou a seis países da região. Nesta ocasião, foram assinados cinco acordos sino-sauditas para a expansão da cooperação mútua, do petróleo, gás e minerais à educação e tecnologia, passando pelo

77 Ver Alterman e Garver, 2008: 32-36.

78 Cit. in Alterman e Garver, 2008: 36.

79 Xinhua, 2006.

comércio e investimento. O Rei Abdallah pediu que a China devotasse mais atenção e empenhamento nos assuntos do Médio Oriente, enquanto o Presidente Hu Jintao apresentou uma proposta para o fortalecimento das relações sino-sauditas com quatro pontos, sendo o primeiro o apoio mútuo nos esforços respectivos para salvaguardar a soberania nacional e a integridade territorial e aumentar a cooperação nos assuntos internacionais.⁸⁰

A aproximação e os novos laços sino-sauditas constituem um novo desafio para os EUA, embora tanto Pequim como Riade procurem evitar que a sua crescente cooperação seja entendida como antagónica aos interesses dos EUA no Médio Oriente. Efectivamente, para a Arábia Saudita, os EUA têm uma importância comercial e, sobretudo, estratégica muito superior à China, incluindo a segurança energética e a “cobertura” face às ambições geopolíticas do rival Irão que, por sinal, é tradicionalmente próximo de Pequim. Riade reconhece que a Arábia Saudita é um de muitos relacionamentos regionais dos EUA, mas também sabe que o mesmo acontece face à China com a agravante de não poder contar com o apoio chinês num hipotético conflito regional e, nomeadamente, com o rival Irão. Do mesmo modo, para a RPC, como referimos atrás, os EUA têm uma importância económica e política incomparavelmente superior à Arábia Saudita, o que não impede Pequim de promover e tentar articular os seus interesses com Riade. Assim, o relacionamento China-Arábia Saudita, além dos interesses económico-energético-comerciais mútuos, tem para ambas uma utilidade política suplementar em termos de estatuto regional/internacional e, fundamentalmente, na interacção de cada uma com os EUA, numa verdadeira triangulação Washington-Pequim-Riade.

Irão

A relação da China com o Irão é a mais inquietante de todas as que tem no Médio Oriente, uma vez que o persa e xiita Irão, sobretudo, concretizando a ambição nuclear, é tido por ameaça pela generalidade dos vizinhos Países Árabes e maioritariamente Sunitas do Golfo, bem como, evidentemente, por Israel e pelos EUA. Teerão vê nos laços com a China uma formidável forma de atenuar a pressão Ocidental, romper o isolamento internacional e aumentar a sua margem de manobra externa, tentando capitalizar a influência política da China em seu favor. Simultaneamente, o Irão busca na ressurgente

80 Idem.

China um mercado para escoar a sua energia, atrair investimentos de que urgentemente precisa e adquirir armamentos. Por seu lado, encarando há muito o Irão como uma grande potência regional, Pequim tem no profícuo relacionamento com o ostracizado regime de Teerão uma oportunidade muito particular quer para se abastecer de petróleo e gás quer para vender os seus armamentos quer ainda para rentabilizar o estatuto da China junto de outros actores, nomeadamente, os EUA. O desafio chinês tem consistido, assim, em desenvolver os laços energéticos, comerciais e políticos com o Irão sem alienar o “cooperativismo produtivo” com os EUA e com outros países da região. Este sensível equilíbrio torna as relações da China com o Irão extraordinariamente ambivalentes.

No Irão, mais do que em qualquer outro país do Médio Oriente, a China tem aproveitado a oportunidade aberta pelas rivalidades e conflitos opondo Teerão aos seus vizinhos e aos EUA/Ocidente para preencher o vácuo económico e estratégico na promoção dos seus interesses. Isto já se tinha evidenciado nos anos 1980, acentuou-se nos anos 1990 e parece ter-se adensado ainda mais nos últimos anos pelo duplo efeito conjugado da crescente necessidade energética chinesa com o aumento da pressão internacional sobre o Irão por causa do seu programa nuclear.

Parte significativa do relacionamento China-Irão passa, inevitavelmente, pelos interesses energéticos mútuos; porém, até certo ponto, a interdependência energética tem uma racionalidade distinta da interacção da China com outros produtores, dado o estado manifestamente subdesenvolvido do sector petrolífero iraniano. O Irão possui as terceiras maiores reservas mundiais de petróleo (depois da Arábia Saudita e do Canadá), as segundas maiores reservas de gás natural (somente superadas pelas da Rússia) e é o segundo maior produtor de crude da OPEP. Contudo, a capacidade de produção das suas refinarias é muito limitada (cerca de 1500 milhões barris/dia de crude), tendo o Irão de importar metade da gasolina que consome e gastando com isso cerca de 5 mil milhões USD anualmente.⁸¹ A incapacidade do Irão em fazer face às suas próprias necessidades energéticas evidenciam bem o nível subdesenvolvido do seu sector energético e o subaproveitamento dos seus vastos recursos, depois de longos anos de isolamento e sanções internacionais. Ora, isto significa que Teerão está desesperado por ter clientes energéticos firmes e por atrair investimentos que lhe permitam desenvolver e aumentar a capacidade de exploração, produção e refinação – entre as poucas possibilidades que se lhe oferecem, a disponível e grande RPC é extraordinariamente atractiva. Significa, igualmente, que a China tem no Irão uma oportunidade ímpar para suprir parte subs-

81 Alterman e Garver, 2008: 66.

tancial das suas carências energéticas e expandir os seus investimentos, tanto mais que, quer a China enquanto cliente energético, quer as companhias chinesas enquanto investidoras têm no Irão muito menos concorrência do que em qualquer outro local do Médio Oriente e até do mundo.

A somar à situação geopolítica envolvente, estas condições contribuem significativamente para que a RPC seja o principal cliente energético do Irão e que este seja um dos principais fornecedores de energia à China - variando entre a terceira e quarta posições, nos últimos anos, e representando entre 13% e 15% do total das importações energéticas chinesas. Ajudam também a explicar os avultados investimentos chineses no sector energético iraniano.⁸² Talvez o mais significativo destes resulte do Memorando de Entendimento no valor de 70 mil milhões USD assinado, em 2004, entre Teerão e a Sinopec chinesa e pelo qual esta comprará 250 milhões de toneladas de gás natural liquefeito (LNG) durante um período de 25 anos (10 milhões anualmente) e desenvolverá em parceria o campo petrolífero de Yadavaran no Sudoeste do Irão com reservas estimadas de 3 mil milhões de barris, comprometendo-se Teerão a garantir a exportação de 150.000 barris/dia de crude para a China durante o mesmo período de 25 anos - em Dezembro de 2007, foi assinado o contrato no valor de 2 mil milhões USD para a primeira fase do desenvolvimento do complexo de Yadavaran.

Paralelamente, a China tem continuado a vender grandes quantidades de armamento ao Irão estando, com a Rússia, no topo dos seus principais fornecedores: entre 2003 e 2006 (ou seja, em plena crise em torno do programa nuclear iraniano), a China entregou ao Irão armamentos convencionais no valor de 200 milhões USD e celebrou com Teerão acordos prevendo a transferência de armamentos no valor de 400 milhões USD, montante bem acima dos 100 milhões USD envolvidos nos acordos mútuos no período 1999-2002.⁸³ Entre as categorias de armamentos transaccionados, destacam-se vários tipos de mísseis tácticos e anti-navio.⁸⁴

Acompanhando as transacções energéticas e de armamentos, as relações comerciais China-Irão conheceram um salto muito significativo nos últimos anos, passando de um volume de 4 mil milhões EUR, em 2003, para os quase 14.5 mil milhões EUR, em 2007 (CE-*External Trade*). Neste último ano, a RPC foi o segundo maior parceiro comercial do Irão (a seguir ao conjunto UE) significando um *share* de 14,5%; por sua vez, o Irão foi, em

82 Ver atrás Quadro 1.

83 Grimmet/CRS, 2007: 33 e 43.

84 *Ibid.*: 70; Alterman e Grover, 2008: 69; Ji e Tkacik, Jr., 2006: 5-7; Blumentahl, 2005.

2007, o 18º maior parceiro comercial da RPC, embora represente apenas cerca de 1% de toda a actividade comercial chinesa.⁸⁵

Estes dados energéticos e comerciais demonstram a profundidade dos interesses mútuos entre a China e o Irão. Até certo ponto, o desenvolvimento destes laços não é algo de muito distinto comparativamente ao percurso do relacionamento da China com outros parceiros do Médio Oriente. Contudo, os laços com o Irão não são propriamente “novos” (como nos casos da Arábia Saudita, dos restantes países do GCC ou de Israel) e, sobretudo, continuaram a desenvolver-se no meio da crise e da tensão em torno do programa nuclear iraniano – o que marca uma diferença substancial. Neste sentido, o incremento das relações da China com o Irão revela também o pragmático sentido oportunista de Pequim e sugere uma postura chinesa de antagonismo face aos EUA. Esta ideia é reforçada pelo aparente “escudo diplomático” que a RPC tem dado ao regime de Teerão ao longo dos anos, na medida em que constantemente tem atrasado a aprovação de resoluções e/ou evitado que estas contenham uma linguagem mais veemente e sanções mais penalizadoras para o Irão. Acresce que, frequentemente, a China é acusada de não respeitar as sanções impostas ao Irão e que ela própria aprovou em sede do CSNU: os EUA, por exemplo, entre 1987 e 2004, impuseram 12 conjuntos de sanções a companhias chinesas por venderem itens proibidos ao Irão.⁸⁶

Isto retrata, todavia, apenas parte da realidade. Efectivamente, a RPC está muito longe de pura e simplesmente amparar o jogo de rivalidades iraniano. Por exemplo, em 1988, na fase final da Guerra Irão-Iraque, Pequim acabou por ceder às pressões americanas e aceitou suspender a entrega de mais mísseis anti-navio ao Irão. No início dos anos 1990, tentando tirar partido da tensão sino-americana depois de Tiannanmen, Teerão procurou criar um verdadeiro eixo China-Irão anti-EUA na Ásia, algo de que Pequim preferiu resguardar-se na medida em que o Irão era visto como instrumental para normalizar as relações Pequim-Washington. Além disso, Pequim também não acolheu as veleidades de Teerão no sentido de que Pequim usasse o seu lugar no CSNU para forçar a posição dos Palestinianos contra Israel e até a expulsão de Israel da ONU – Pequim não só declinou como estabeleceu plenas relações diplomáticas com Jerusalém, em 1992. Sem nunca deixar de manter relações amistosas com Teerão, Pequim voltaria novamente a “negociar” a questão do Irão com os EUA: em 1997, aproveitando os esforços no mesmo sentido da Administração Clinton, Pequim optou por “re-normalizar” o relacionamento

85 Ver atrás Quadros 2 e 3.

86 Alterman e Garver, 2008: 38.

EUA-China e comprometeu-se a suspender o apoio chinês aos programas de mísseis e nuclear iranianos.

Depois da aproximação sino-americana no contexto pós-11 de Setembro e da subida de tensão Washington-Teerão por causa do programa nuclear iraniano, a RPC pareceu querer corresponder à noção de “responsible stakeholder” avançada primeiramente pelo *Deputy Secretary of State* Robert Zoellick e em que este logo incluiu a questão do Irão nuclear: «*China’s actions on Iran’s nuclear programs will reveal the seriousness of China’s commitments to nonproliferation*». ⁸⁷ Pequim assumiu isto como um apelo para a expansão da cooperação EUA-China e, com uma margem de manobra relativamente escassa numa matéria sensível, aproveitou para mostrar uma vez mais a faceta cooperativa e construtiva da China nos seus próprios termos. Arrastando laboriosas negociações e atrasando os esforços de Washington ⁸⁸ sem, contudo, os bloquear, a China encontrou forma de cooperar com os EUA, acabando por enviar, em Janeiro de 2006, uma nota separada a Teerão paralela às notas dos outros quatro Membros Permanentes do CSNU (depois de rejeitar a proposta americana de enviar uma nota conjunta dos Cinco) avisando o Irão de que não deveria proceder ao enriquecimento de urânio; por aceitar submeter este assunto à apreciação do CSNU, em Março de 2006; e por aprovar as Resoluções 1696 (Julho de 2006) ⁸⁹ e 1737 (Dezembro de 2006) ⁹⁰ do CSNU contra o Irão. Paralelamente, Pequim reivindicou sempre “soluções pacíficas”, atrasou e empenhou-se em reduzir ao mínimo as sanções impostas ao Irão e apelou repetidamente para que Teerão respondesse positivamente e com flexibilidade quer às exigências do CSNU quer às sucessivas propostas da UE e da Rússia. Em Janeiro de 2007, depois de Teerão ter considerado que as sanções do CSNU contra o Irão não passavam de um “mero pedaço de papel”, o Presidente Hu Jintao disse ao negociador iraniano para a questão nuclear, Ali Larijani, de visita a Pequim, que «*o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou unanimemente a Resolução 1737, que reflecte as preocupações partilhadas da comunidade internacional sobre a*

87 Zoellick, 2005.

88 Depois da AIEA ter determinado, em 2005, que durante 18 anos o Irão tinha conduzido uma série de actividades nucleares não reportadas, os EUA pressionaram a Agência a submeter o assunto ao CSNU a fim deste implementar sanções ao Irão no âmbito do Capítulo 7º da Carta das Nações Unidas. Em contraste, a posição oficial da China, que aderiu ao Tratado de Não Proliferação (TNP) em 1992, era de que o Irão tinha direito ao desenvolvimento e uso pacífico da energia nuclear no quadro do TNP e sob a inspecção da AIEA, atrasando a submissão da questão à apreciação do CSNU.

89 Em síntese, esta Resolução exigia que o Irão suspendesse todas as actividades de enriquecimento e reprocessamento no prazo de 30 dias e aceitasse a verificação pela AIEA.

90 Perante a intransigência de Teerão, a Resolução 1737 prevê sanções concretas ao Irão no âmbito do Capítulo 7º da Carta das Nações Unidas.

*questão nuclear Iraniana, e nós esperamos que o Irão responda seriamente a esta Resolução».*⁹¹ Na visão chinesa, Teerão deve cooperar com a Comunidade Internacional se pretende, de facto, quebrar o isolamento e ganhar segurança.

Pequim encara o Irão como uma grande potência regional cuja cooperação tem servido e continuará a servir os interesses chineses em muitas áreas – por esta razão, a China tem-se revelado reticente em sacrificar o Irão. Ainda assim, a trajectória das suas relações com Teerão nos últimos 30 anos e, em particular, a evolução chinesa em face do programa nuclear do Irão mostra como a China pretende não só evitar antagonizar os EUA como instrumentalizar a questão a fim de alcançar maior cooperação com Washington. No entanto, seria um erro assumir que a ambivalente posição chinesa na gestão do dossiê nuclear iraniano se faz unicamente no âmbito de uma articulação de interesses com os EUA. Primeiro, porque não é do interesse chinês um Irão nuclear pelo inevitável risco de proliferação e catalizador de instabilidade numa região já profundamente instável e cada vez mais crucial para a China. Segundo, o recente “endurecimento suave” da posição chinesa deve muito à intransigência de Teerão. Terceiro, o cooperativismo chinês neste assunto deve-se, em grande medida, ao objectivo de preservar e fortalecer os seus laços com outros parceiros da região, fundamentalmente, a Arábia Saudita mas também Israel e os pequenos países árabes do Golfo, o que não seria possível se patrocinasse ou pactuasse com, ainda que por omissão, a nuclearização do Irão. Quarto, a RPC tem aproveitado as negociações internacionais sobre esta matéria para articular posições e interesses com outros grandes actores internacionais para lá dos EUA, nomeadamente, a Rússia e o G3 europeu (Reino Unido, França e Alemanha). Quinto, de permeio, aproveitou para somar à densa rede de relacionamentos bilaterais o pretendido enquadramento institucional multilateral, em particular, as Nações Unidas e a AIEA onde a China tem uma voz proeminente e um estatuto paritário com a superpotência EUA, podendo assim resguardar-se melhor com posições de princípio e acções colectivas que, em última análise, dependem sempre do seu aval. Sexto, alcançou um estatuto tal que a generalidade dos países do Médio Oriente incluindo, naturalmente, o próprio Irão e os outros principais actores envolvidos (EUA, Rússia e UE) são genericamente receptivos a um maior papel da China na resolução desta questão, como que validando o seu estatuto de grande potência internacional e também o seu *peaceful rise*. Finalmente, convém ter presente que a China foi alcançando tudo isto enquanto ia consolidando os seus interesses e laços políticos, energéticos e comerciais com o Irão.

91 Cit. in Bhadrakumar, 2007.

A posição chinesa aponta no sentido de que o Irão tem de convencer a comunidade internacional – ou seja, não apenas os EUA – de que o seu programa nuclear não visa produzir armamento e que, neste quadro, tem o direito legítimo a desenvolver e usar energia nuclear. Ou seja, em termos de solução final, a China parece disposta a aceitar, e a contribuir para a aceitação internacional, dos programas nucleares “civis” do Irão. Ora, isto está em nítido contraste com a posição chinesa no “processo paralelo” envolvendo a Coreia do Norte e em que Pequim defende o fim de todos os seus programas nucleares. A razão para isto pode ser porque no Irão, ao contrário da Coreia do Norte, a China não tem os interesses estratégicos e de segurança que envolvem a vizinha Península Coreana e o Nordeste Asiático: no Médio Oriente e também, em concreto, no Irão, os interesses chineses são primeiramente energéticos e comerciais.

Conclusões

Das interacções entre a China e o Médio Oriente resultam duas evidências: a primeira é que o fortalecimento de laços cooperativos com os governos do Médio Oriente aumenta a segurança energética e contribui para o desenvolvimento económico da China, mas também aumenta a vulnerabilidade chinesa perante uma região instável, que não é prioritária na globalidade da política externa chinesa e onde a China não tem um papel determinante; a segunda é que, sendo incontornável a centralidade da energia, as interdependências China-Médio Oriente envolvem muito mais do que comércio energético. Estando em causa a ressurgente China e uma região com a complexidade geopolítica do Médio Oriente, as respectivas crescentes interdependências energéticas interconectam-se com demais interesses, cálculos e políticas quer dos países da região e da China quer de outros actores – pelo que a recente chegada da China ao Médio Oriente, ainda que atraída pelos recursos energéticos, não pode deixar de ter leituras e impactos geopolíticos regionais e globais. Ora, a ideia de que a RPC faz negócios e desenvolve relações no Médio Oriente, fundamentalmente, com os países e actores regionais hostis aos, e hostilizados pelos, Estados Unidos, numa lógica puramente competitiva e oportunista, só cobre meia realidade: de facto, como vimos, a China tem desenvolvido todo o tipo de laços, não só com o Irão ou a Síria, e antes o Iraque de Saddam e a Líbia, mas também com a Arábia Saudita, Israel, o Iraque pós-Saddam e os pequenos países Árabes do Golfo Pérsico.

A política chinesa na direcção do Médio Oriente visa desenvolver uma “multipolaridade positiva” baseada em “ganhos mútuos” que permita à China ter relações amigáveis e produtivas com *todos* os países da região, promovendo os seus interesses (fundamentalmente, energéticos e comerciais mas também geopolíticos) sem, contudo, antagonizar os EUA. Esta política regional é perfeitamente condizente com a “grande estratégia” global chinesa de longo-prazo em que o crescimento do seu poder nacional abrangente, aproveitado sabiamente, se vai encarregando de fazer com que, naturalmente, a “propensão das coisas” seja favorável à China em termos de “configuração estratégica de poder”.⁹² No turbilhão do Médio Oriente, isto requer de Pequim uma política omni-direccional e um hábil jogo de equilíbrios e articulações, neutralidade e ambivalência.

“Quando os tigres lutam, o panda deve observá-los no cimo da árvore e continuar a comer” é um velho provérbio chinês que sintetiza bem a estratégia que a China tem prosseguido no Médio Oriente. Até agora, esta estratégia tem-se revelado altamente produtiva. A questão reside em saber se continuará a ser possível a China manter a mesma estratégia perante os crescentes apelos dos actores regionais, residentes e não residentes, reclamando um envolvimento mais empenhado da China nos assuntos regionais mais sensíveis e se, por outro lado, à medida que o seu “poder nacional abrangente” se fortalece, a China manterá uma postura cooperativa e de “não-confrontação”. Até ver, não existem razões de fundo para a China mudar de estratégia no Médio Oriente – afinal, esta tem-lhe permitido colher os benefícios sem ter os custos.

Referências

AGÊNCIA REUTERS (2003), “War Destroyed Global Anti-Terror Coalition: China”, 2 de Novembro de 2004.

ALTERMAN, Jon B. e Garver, John W. (2008), *The Vital Triangle. China, the United States and the Middle East*. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies (CSIS) Press.

APEC (2008), *APEC Energy Overview 2007*. Energy Working Group, Coordinating Agency - Asia Pacific Energy Research Centre (APEREC) and The Institute of Energy Economics, Japan, January 2008. Singapore: APEC Secretariat.

92 Tomé, 2006 e 2008a.

BHADRAKUMAR, M. K. (2007), "China's Tortuous Middle East Journey: Israel, Iran, and South Arabia" in *Asia Times*, 13 de Janeiro de 2007. Disponível online no site The Asia-Pacific Journal: Japan Focus, Url: <http://japanfocus.org/products/details/2322> (consulta em 23 de Setembro de 2008).

BEHBEHANI, Hashim S. H. (1981), *China's Foreign Policy in the Arab World, 1955-1975*. Londres: Kegan Paul.

BLUMENTHAL, Dan (2005), "Providing Arms. China and the Middle East" in *Middle East Quarterly*, Vol. XII, Nº 2, Spring 2005, Url: www.meforum.org/article/695 (consulta em 14 de Outubro de 2008).

BUSTELO, Pablo (2005), *China y la Geopolítica del Petróleo en Asia-Pacífico*. DT Nº 38/2005, Septiembre 2005. Real Instituto Elcano.

CALABRESE, John (2005), "The Risks and Rewards of China's Deepening Ties with the Middle East" in Jamestown Foundation *China Brief*, Vol. 5, Nº 12, 24 de Maio de 2005.

CARRIÇO, Alexandre (2008), "Present and Future Trends of China's Military Modernization" in Tomé, Luis (Ed.), *East Asia Today*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.

CHINA, República Popular da - Conselho de Estado/ Governo (2007), *China's Energy Conditions and Policies* (Livro Branco). Pequim, 16 de Dezembro de 2007.

Url: www.china.org.cn/english/whitepaper/energy/237089.htm (consulta em 17 de Setembro de 2008).

CHINA, República Popular da (2006), *China's National Defense 2006* (Livro Branco). Pequim, Dezembro de 2006. Url: www.china.org.cn/english/features/book/194421.htm (consulta em 20 de Setembro de 2008).

CHINA, República Popular da (2005), *China's Peaceful Development Road* (Livro Branco). Pequim, 12 de Dezembro de 2005. Url: www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm (consulta em 2 de Outubro de 2008).

CHINA, República Popular da (2004), *China's National Defense in 2004* (Livro Branco). Pequim, Dezembro de 2004. Url: www.china.org.cn/e-white/20041227/index.htm (consulta em 2 de Outubro de 2008).

CHINA, República Popular da - Ministério dos Negócios Estrangeiros website em inglês, *Countries and Regions - Western Asia and North Africa* in Url: www.fmprc.gov.cn/eng/gjhdq/2797/ (consulta em 23 de Setembro de 2008).

COMISSÃO EUROPEIA website – *External Trade – Trade Statistics*. In Url: ec.europa.eu/trade/index_en.htm (consulta em 10 de Outubro de 2008).

DARAGAH, Borzou (2005), “China Goes Beyond Oil in Forging Ties to Persian Gulf” in *The New York Times*, 13 de Janeiro de 2005: C8.

Economist Intelligence Unit (2007), “Near East Meets Far East: The Rise of Gulf Investment in Asia”, Outubro de 2007.

ESTADOS UNIDOS, Departamento de Defesa (2008), *Military Power of the People’s Republic of China 2008. Annual Report to Congress*. Washington, D.C.

ESTADOS UNIDOS, Departamento de Defesa (2005), *Military Power of the People’s Republic of China 2005. Annual Report to Congress*. Washington, D.C.

FMI website (2008), *World Economic Outlook Database, April 9, 2008*, url: www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/01/weodata/index.aspx (consulta em 22 de Setembro de 2008).

GASPAR, Carlos (2008), “The United States and East Asia” in Tomé, Luis (Ed.), *East Asia Today*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.

GERTZ, Bill (2001), “China Reassures Powell on Iraq Dealings” in *The New York Times*, 9 de Março de 2001, Url: query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9A0DE4DC173AF93AA35750C0A9679C8B63 (consulta em 18 de Outubro de 2008).

GRIMMET, Richard F. / Congressional Research Service (CRS) (2007), *Conventional Arms Transfers to Developing Nations, 1999-2006. CRS Report for Congress, September 26, 2007*. Disponível online no Url: www.fas.org/sgp/crs/weapons/RL34187.pdf (consulta em 20 de Julho de 2008).

GUNZIK, Jephraim P. (2005), “The Ties that Bind China, Russia and Iran” in *Asia Times*, 4 de Junho de 2005.

HARRIS, Lillian Craig (1993), *China Considers the Middle East*. Londres: I.B. Tauris & Co.

HOYOS, Carola e KHALAF, Roula (2008), “Iraq revives oil deal with China” in *Financial Times*, 27 de Agosto de 2008, Url: www.ft.com/cms/s/0/704f7c62-7459-11dd-bc91-0000779fd18c,dwp_uuid=f2b40164-cfea-11dc-9309-0000779fd2ac.html (consulta em 23 de Setembro de 2008).

HU JINTAO (2007), *Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive for New Victories in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects*. Report to

the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on Oct. 15, 2007. In Xinhua News Agency website, Url: news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm (consulta em 13 de Junho de 2008).

IEA/AIE (Agência Internacional de Energia) website - *Statistics*, Url: www.iea.org/Textbase/stats/index.asp (consulta em 23 de Setembro de 2008).

IEA/AIE (Agência Internacional de Energia) website (2008), *Annual Energy Outlook (EAO) 2008*.

IEA/AIE (Agência Internacional de Energia) website (2007), *World Energy Outlook 2007. China and India Insights*.

International Institute for Strategic Studies (IISS) (2008), *The Military Balance 2008*. IISS Publications.

ISBELL, Paul (2007), *El nuevo escenario energético y sus implicaciones geopolíticas*. DT, 30/05/2007. Real Instituto Elcano.

ISBELL, Paul (2006), *Asia y el desafío de la Seguridad Energética*. DT N° 17/2006, Octubre 2006. Real Instituto Elcano.

JI Hye Shin e TKACIK, Jr., John J. (2006), "China and the Middle East: A New Patron of Regional Instability" in *The Heritage Foundation Background*, N° 1974, 26 de Setembro de 2006.

JIN Liangxiang (2005), "Energy First: China and the Middle East" in *Middle East Quarterly*, Vol. XII, N° 2, Spring 2005, Url: www.meforum.org/article/694 (consulta em 14 de Outubro de 2008).

KUMARASWAMY, P. R. (1999), *China and the Middle East: The Quest for Influence*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.

LEVERETT, Flynt e BADER, Jeffrey (2005-06), "Managing China-US Energy Competition in the Middle East" in *The Washington Quarterly*, Winter 2005-06, Vol. 29, N° 1: 187-201. Url: www.twq.com/06winter/docs/06winter_leverett.pdf (consulta em 10 de Setembro de 2008).

MADDISON, Angus (2007), *Chinese Economic Performance in the Long Run. Second Edition Revised and Updated 960-2030*. OCDE - Development Centre Studies: OCDE Publications.

MENDES, Carmen Amado (2008), "National Motives, Approaches and Goals of China's Foreign Policy" in Tomé, Luis (Ed.), *East Asia Today*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.

O'SULLIVAN, Arye (2004), "Pentagon Fuming over Arms Sale to China" in *Jerusalem Post*, 16 de Dezembro de 2004.

OMC website, *International Trade and Tariff Data*, Url: www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_e.htm (consulta em 24 de Setembro de 2008).

OMC website, *Statistics Database - Trade Profiles*, Url: stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFHome.aspx?Language=E (consulta em 24 de Setembro de 2008).

ONU - Departamento de *Peacekeeping* (UNDPKO) website, *Facts and Figures - Troop and Police Contributors*, Url: www.un.org/Depts/dpko/dpko/contributors/ (consulta em 18 de Outubro de 2008).

ONU - Independent Inquiry Committee (IIC) into the United Nations Oil-for-Food Programme *webpage*, Url: www.iic-offp.org/about.htm (consulta em 17 de Outubro de 2008).

ONU - United Nations Development Program (UNDP) (2007), *Human Development Report 2007-2008*. Url: hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2007-2008/ (consulta em 20 de Junho de 2008).

PAIVA, Rui (2008), "China's Rise and the World Factor - Financial Risks and Virtues" in Tomé, Luis (Ed.), *East Asia Today*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.

RAMACHANDRAN, Sudha (2004), "US up in arms over Sino-Israel Ties" in *Asia Times*, 21 de Dezembro de 2004.

REIN, Shaun (2008), "Increased Middle East-China Cooperation: New Silk Road, New Riches", in *Seeking Alpha* website, 17 de Março de 2008, Url: <http://seekingalpha.com/article/68755-increased-middle-east-china-cooperation-new-silk-road-new-riches> (consulta em 24 de Setembro de 2008).

RIBEIRO, José Félix, AZEVEDO, Fátima e TRINDADE, Rui (2008), "Energy and China's Geo-Economic Dilemmas" in Tomé, Luis (Ed.), *East Asia Today*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.

ROMANA, Heitor Barras (2008), "Chinese and Russian Techno-Nationalism: some geopolitical elements" in Tomé, Luis (Ed.), *East Asia Today*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.

ROMANA, Heitor Barras (2005), *República Popular da China: A Sede do Poder Estratégico - Mecanismos do Processo de Decisão*. Coimbra: Almedina.

SACCHETTI, António Emílio (2008), "Sea Lines of Communication in East Asia" in Tomé, Luis (Ed.), *East Asia Today*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.

SHICHOR, Yitzhak (2006), "China's Kurdish Policy" in Jamestown Foundation *China Brief*, Vol. 6, N° 1, 3 de Janeiro de 2006.

SHICHOR, Yitzhak (1979), *The Middle East in China's Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

SILVA, Jorge Tavares da (2008), "New trends in the Taiwan Strait conflict: the cooperative and quarrelsome framework" in Tomé, Luis (Ed.), *East Asia Today*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) *Arms Transfers Database*, Url: armstrade.sipri.org/ (consulta em 24 de Setembro de 2008)

SUTTER, Robert G. (2008a), "Preface" in Tomé, Luis (Ed.), *East Asia Today*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.

SUTTER, Robert G. (2008b), *Chinese Foreign Relations: Power and Policy Since the Cold War*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.

SUTTER, Robert G. (2006), *China's Rise: Implications for US Leadership in Asia*. East-West Center Washington: *Policy Studies* 21.

SUTTER, Robert G. (2005), *China's Rise in Asia: Promises and Perils*. Lanham, Boulder, New York, Toronto and Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.

TOMÉ, Luis (Ed.) (2008), *East Asia Today*. Lisboa: UAL e Prefácio, no prelo.

TOMÉ, Luis (2008a) "Security and Geopolitics in East Asia today: one region, two faces" in Tomé, Luis (Ed.), *East Asia Today*. Lisboa: UAL e Prefácio, no prelo.

TOMÉ, Luis (2006), "Gato Preto, Gato Branco: Geoestratégia da China" in *Política Internacional*, II Série, N° 30: 13-36.

TOMÉ, Luis (2005), "Geopolítica da Ásia e da China" in *JANUS 2006 - Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e jornal *Público*: 40-41.

TOMÉ, Luis (2004), *Novo Recorte Geopolítico Mundial*. Lisboa: EdiUAL e Quid Juris (também editado em inglês com o título *The New World's Geopolitical Outline*)

TOMÉ, Luis (2002), "11 de Setembro - consequências estratégicas para a Ásia-Pacífico" in *JANUS 2003 - Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e jornal *Público*: 174-175.

TOMÉ, Luis (2001a), *A Segurança na Ásia Oriental*. Macau: Instituto Internacional de Macau (IIM), coleção Milénio Hoje, edições em português e em chinês.

TOMÉ, Luis (2001b), *A Segurança e a Estabilidade no Noroeste da Bacia do Pacífico*. Lisboa: EdiUAL.

WILSON, Scott (2005), "Israel Set to End China Arms Deal under U.S. Pressure" in *Washington Post*, 27 de Junho de 2005.

WINNING, David (2008), "Saudi Arabia Remains China's Top Crude Supplier" in *Marketwatch*, 22 de Janeiro de 2008.

WorldPress.org (2003), "HK Journal views China's Iraq Position, Suggests Seeking US Concessions in Return for Support" in *WorldPress.org - Front Page - Hsin Pao*, 18 de Fevereiro de 2003.

XIN Ma (2008), "China's Energy Strategy in the Middle East" in *Middle East Economic Survey*, Vol. LI, Nº 23, 9 de Junho de 2008.

XINHUA NEWS AGENCY (2008), "Qatar approves formation of ICBC branch in Doha", 1 de Fevereiro de 2008 in *China View* webpage, URL: news.xinhuanet.com/english/2008-02/01/content_7545667.htm (consulta em 10 de Outubro de 2008).

XINHUA NEWS AGENCY (2006), "Report by Reporters Kong Yan, Luo Hui. Hu Jintao holds talks with Saudi King Abdullah", 24 de Janeiro de 2006.

ZOELLICK, Robert B. (2005), *Whither China: From Membership to Responsibility? Remarks to National Committee on U.S.-China Relations*, September 21, 2005 in National Committee on U.S.-China Relations website, Url: www.ncuscr.org/files/2005Gala_RobertZoellick_Whither_China1.pdf (consulta em 5 de Julho de 2008).